

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ:
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

VOLUME 2

LEI 11.645/08 E A
EDUCAÇÃO INDÍGENA
EDSON KAYAPÓ





← LEI 11.645/08 E A EDUCAÇÃO INDÍGENA →

Luzia Matos Mota
Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva
Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis
Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire
Secretária Executiva



CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Celso Eduardo Brito
Deise Danielle Neves Dias Piau
Durval de Almeida Souza
Fabrício Menezes Ramos
Guillermo Alberto Lopez
Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho
Manoel Nunes Cavalcanti Junior
Mariana Rocha Santos Costa
Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos
Catarina Ferreira Silveira
Eliana Evangelista Batista
Flávio de Ligório Silva
Maurício Andrade Nascimento
Valter de Carvalho Dias

DIRETORIA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcilene Garcia de Souza
Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Cacilda Ferreira Reis
Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE

Jacineide Arão dos Santos Profeta
Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE

Thelma Lima da Cunha Ramos
**Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/
DPAF/DPAAE**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Jancarlos Menezes Lapa
Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcelo dos Santos Bispo
Pró-Reitor

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Laís Andrade Souza
Diretora



EXPEDIENTE:

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Heide de Jesus Damasceno

Coordenadora Geral do Programa Asé-Toré

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ TORÉ

Priscila Elisabete da Silva

Coordenadora responsável pela Coleção

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Alessandra Corrêa de Souza

Danilo de Souza Morais

Edson Machado de Brito

Eliane Silvia Costa

Eduardo David de Oliveira

Heide de Jesus Damasceno

Henrique Antunes Cunha Junior

Luciana Alves

Marcilene Garcia de Souza

Marcelo Aranda Stortti

Priscila Elisabete da Silva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Francisco Sandro da Silveira Vieira

Sélvia Carneiro de Lima

Tania Lopes

Tânia Pedrina Portella Nascimento

Victor Martins Souza

Vilma Maria dos Santos Reis

PARECERISTAS DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Luana Roberta Gonçalves

Márcio Luís da Silva Paim

Marlene Pereira dos Santos

Raimundo Borges da Mota Junior

Francielle Silva Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliana Monique de Souza de Araújo

Nainalva Reis Santana

ILUSTRAÇÕES

Letícia Graciano Nunes

REVISÃO

Tiago Alves Nunes

Leandro de Jesus da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carla Piaggio Design

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

EDSON KAYAPÓ

LEI 11.645/08 E A EDUCAÇÃO INDÍGENA

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS
VOLUME 2

Salvador
2023

EDIFBA
Editora do IFBA



©2023, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FOTOS CAPA

Foto 1: Fabio Pozzembom / Agência Brasil. Foto 2: José Cruz / Agência Brasil. Direito de uso autorizado.

I23 IFBA. Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Lei 11.645/08 e a Educação Indígena / Texto de Edson Kayapó / DPAAE. – Salvador: EDIFBA, 2023.

50 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 2).

E-Book.

ISBN: 978-65-88985-20-5.

1. Povos Indígenas. 2. História – Cultura. 3. Brasil. I. Edson Kayapó. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE. III. Lei 11.645/08 e a Educação Indígena. IV. Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V2.

CDU 94(81):37

Ficha Catalográfica elaborada pelo SIB-IFBA / Andréia Ribeiro CRB – 5/1466

Editora Filiada à



AGRADECIMENTOS

A produção dos 15 Cadernos Temáticos que integram a Coleção Asé-Toré, projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, traduz-se num esforço para o cumprimento da LDB no que concerne à educação das relações étnico-raciais. Essa realização foi possível devido aos esforços de muitas pessoas.

Na gestão do IFBA, agradecemos à Prof^a. Dra. Luzia Matos Mota (Reitora) pelo empenho para que a Coleção se tornasse realidade; na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, ao Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa (Pró-Reitor), às servidoras técnicas, pedagogas e gestoras Mestra Indaira Célia da Silva (Chefe do Departamento de Ensino Técnico) e Priscila Uzeda Pereira do Vale (assessora) e, ainda, à Prof^a. Mestra Elisângela dos Reis Oliveira (Coordenadora Institucional da Universidade Aberta do Brasil – UAB); Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPGI, ao Prof. Dr. Ivanildo Antônio dos Santos (Pró-Reitor) e Prof. Dr. André Rosa Martins (Diretor Executivo); Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRO-DIN, agradecemos à Mestra Andreia Santos Ribeiro Silva (Gerente de Desenvolvimento da Biblioteca). Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PRO-AP), ao Marcelo dos Santos Bispo (Pró-Reitor) e Maria Aparecida Costa Ribeiro (Diretora de Gestão Contábil,

Orçamentária e Financeira). Na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional – DGCOM, à Mestra Laís Andrade Souza (Diretora), à Mestranda Teresa de Souza Bahia (assistente de administração) e à Mestra Bárbara Conceição Souza de Jesus (Chefe do Departamento de Jornalismo).

Registramos, de forma destacada, nosso agradecimento à Coordenação responsável pela gestão do Programa Asé-Toré: Dra. Heide de Jesus Damasceno (coordenação geral) e Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva (coordenação adjunta), que foi responsável de forma direta pela Coordenação da Coleção Pedagógica “Asé-Toré”.

Agradecemos às autoras e aos autores dos cadernos da coleção pedagógica Asé-Toré: Ângela Maria Ribeiro, Ayalla Oliveira Silva, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eliane da Conceição Silva, Edson Kayapó, Everaldo Rodrigues Mota Junior, Florença Freitas Silvério, Henrique Antunes Cunha Junior, João Rodrigo Araújo Santana, Joelma Cerqueira de Oliveira, Jorge Luiz Gomes Junior, Luciana Alves, Maria Luzitana Conceição dos Santos, Márcio Luís da Silva Paim, Patrícia Martins, Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Renata do Nascimento Argemiro, Tania Aparecida Lopes.

Agradecemos aos cinco pareceristas dos cadernos temáticos nominalmente: Francielle Silva Santos; Luana Roberta Gonçalves; Marlene Pereira dos Santos; Márcio Luís da Silva Paim; Raimundo Borges da Mota Junior; ao apoio administrativo pedagógico: Juliana Monique de Souza de Araújo e Nainalva Reis Santana; à Ilustradora Letícia Graciano Nunes.

Nossos agradecimentos, também, aos representantes do Conselho Editorial da Coleção Pedagógica Asé-Toré: Profa. Dra. Alessandra Corrêa de Souza; Profa. Dra. Eliane Silvia Costa; Profa. Doutoranda Luciana Alves; Profa. Doutoranda Vilma Maria dos Santos Reis; Profa. Dra. Sélvia Carneiro de Lima; Profa. Dra. Tania Aparecida Lopes; Profa. Dra. Tânia Pedrina Portella Nascimento; Profa. Dra. Marcilene Garcia de Souza; Prof. Dr. Edson Machado de Brito; Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira; Prof. Dr. Danilo de Souza Moraes; Prof. Dr. Francisco Sandro da Silveira Vieira; Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior; Prof. Dr. Marcelo Aranda Stortti; Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

No caminhar desta estrada, diversas pessoas, de um jeito ou de outro, exalaram Axé e Toré na construção deste trabalho de tantos jeitos. A todas e todos, citadas ou não aqui, nossa gratidão.

PREFÁCIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem a honra de apresentar a Coleção Pedagógica do *Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre negras(os) e povos indígenas*, produto de um dos Programas de educação para relações étnico-raciais desenvolvido pela Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA.

Estamos felizes em materializar esta coleção, que marca o compromisso da nossa instituição em validar a legislação nacional que trata da obrigatoriedade de educar sobre História da África, afro-brasileira e indígena, identificando-a como conquista dos movimentos sociais, negros e indígenas brasileiros. Assim, reconhecemos as lutas de quem veio antes, agradecemos às/aos servidoras/es, gestoras/es e estudantes que bravamente promovem o debate racial no IFBA e fortalecemos esforços em prol de uma educação antirracista.

A Coleção Pedagógica Asé-Toré representa um marco na institucionalidade de ações que contribuem para que o IFBA solidifique sua missão institucional: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. Além disso, a Coleção inaugura novas estratégias institucionais e interdisciplinares, ao desenvolver um produto didático e acessível a todos os níveis, formas e modalidades de ensino que ofertamos.

Desejo boa leitura e estudos. Que a Coleção Pedagógica Asé-Toré alcance a comunidade do IFBA e, também, as famílias dos nossos estudantes, organizações sociais e instituições de ensino do nosso Estado e país.

PROFESSORA DRA. LUZIA MATOS MOTA
REITORA DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA

“Asé-Toré”, junção das palavras “Asé” (na língua iorubá, significa poder, energia ou força presente em cada ser ou em cada coisa, que nas religiões afro-brasileiras representa a energia sagrada dos orixás) e “Toré” (expressão espiritual-religiosa de grande importância para os indígenas), significa para nós o resgate da força coletiva e energia vital da ancestralidade para vencer os desafios contemporâneos do povo negro e indígena.

É com este nome repleto de significados e potências que a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA apresenta à comunidade **interna e externa** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) esta Coleção Pedagógica, um dos produtos do “Programa Asé-Toré: Formação em educação sobre negras(os) e povos indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), voltado à formação de gestoras(es), professoras(es), técnicas(os) administrativas(os), estudantes e comunidade na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA.

O Programa Asé-Toré foi institucionalizado por meio de Chamada Pública do IFBA/DPAAE, que possibilitou a contratação de duas Coordenadoras (Coordenadora

Geral e Coordenadora dos Cadernos Temáticos); 15 bolsistas “professores conteudistas”; cinco bolsistas “professores pareceristas”; dois apoios administrativos pedagógicos e uma ilustradora para a produção dos Cadernos Temáticos. Envolveu, ainda, mais de dez pesquisadoras(es) para o Conselho Editorial e diversas(os) servidoras(es) internos e externos do IFBA que contribuíram na seleção dos bolsistas.

A DPAAE é uma Diretoria recente na história do IFBA, sendo criada em 2020. Desta forma, a entrega à sociedade da Coleção Pedagógica Asé-Toré se torna um marco importante no cumprimento às normativas que tratam da educação das relações étnico-raciais o qual foi também missão da Diretoria. A Coleção tem o objetivo de promover a Educação das Relações Étnico-raciais, **cumprindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB**, especialmente no que concerne à implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais afirmam a obrigatoriedade do estudo da “História da África e dos africanos”, da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil”, da “cultura negra e indígena brasileira” e “o negro e o índio na formação da sociedade nacional”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 2008). Do mesmo modo, considerou-se as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando, ainda, por outras normativas do estado da Bahia.

Composta por 15 cadernos temáticos, a Coleção Pedagógica Asé-Toré cumpre esforços institucionais de contribuir com a formulação de um material didático, fundamentado numa perspectiva de valorização da educação das relações étnico-raciais, da diversidade étnico-racial na educação, no enfrentamento ao racismo institucional, na valorização das ações afirmativas para a população negra e povos indígenas. Representa, ademais, contribuições coletivas de profissionais, pesquisadoras/intelectuais ativistas ou não, em sua maioria negros e mulheres, sendo destacada a participação de dois indígenas. Estas(es) pesquisadoras(es) se dedicaram a uma metodologia inovadora de trabalho baseada em aspectos da cosmovisão de mundo africana e indígena, enfatizando o trabalho coletivo, valorizando as lutas sociais, a produção de autoras(es) negras(os) e indígenas e considerando suas vivências e experiências na forma e formato dos conteúdos e imagens.

O Programa Asé-Toré nasceu a partir de um projeto mais amplo de implementação da Lei 10.639/03,

originalmente escrito por mim, Marcilene Garcia de Souza, e pelo professor Dr. Hélio Santos, em 2017. Aqui no IFBA (DPAAE), o Programa se apresentou de forma mais sintetizada em que se destacam três produtos: Produção dos 15 Cadernos Temáticos; Institucionalização de uma biblioteca virtual temática e uma série de formações sobre educação das relações étnico-raciais.

Faz-se necessário registrar o empenho da gestão do IFBA para a realização do Programa Asé-Toré, na pessoa da Reitora Profa. Dra. Luzia Matos Mota, que é mulher negra, e na do Pró-Reitor de Ensino, Prof. Dr. Jancarlos Lapa, mas também da Equipe gestora da DPAAE que contribui de forma mais direta na execução do Programa: Profa. Mestre Thelma Ramos (Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE), a pedagoga Jacineide Arão dos Santos Profeta (Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE) e a assistente social Cacilda Ferreira dos Reis (Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE).

PROF^ª. DRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA
DIRETORA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA PELAS COORDENADORAS

Prezadas(os) leitoras(es),

O IFBA, por meio do Programa Asé-Toré, institucionalizado na Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, apresenta à sociedade baiana e brasileira a Coleção Pedagógica Asé-Toré que é composta por 15 cadernos com temática negra e indígena.

Agradecemos de forma especial a você leitora(or), que também faz parte dessa história, desse Asé-Toré, dessa energia que se transforma em força de ação e promove mudanças. A aprendizagem do conteúdo compartilhado nesta Coleção Pedagógica contribuirá na construção das mudanças educacionais necessárias na contraposição das desigualdades.

Essa Coleção Pedagógica, do ponto de vista de sua missão e considerando as singularidades sociais e raciais do IFBA e da sociedade brasileira, é, antes de tudo, um movimento que buscou congregiar passado, presente e futuro, dimensões espaço-temporais entendidas aqui como um contínuo para o processo de formação de cada indivíduo. O passado está presente

a partir dos conhecimentos ancestrais; o presente, por meio dos conhecimentos teóricos; o futuro, na aposta em uma nova forma de produção de conhecimento mais colaborativa e, portanto, mais complexa e forte.

Partiu-se do desafio de elaborar um material que contribuísse para identificarmos novas possibilidades de produzir e transmitir o conhecimento científico, entendendo que o conhecimento científico é mais do que as teorias produzidas pelo mundo acadêmico (sobretudo eurocêntrico e branco).

A Coleção Asé-Toré busca apontar para a necessária ampliação da visão que a sociedade brasileira tem sobre ciência e intelectualidade na medida em que considera e ressalta os conhecimentos advindos dos saberes ancestrais materializados em experiências de nossos povos originários e do povo negro brasileiro como detentores de método, técnica e que dialoga com outros saberes e responde às necessidades sociais/individuais, mas que não tem sido considerado válido cientificamente devido à narrativa da ciência ocidental como única forma de pensar e produzir conhecimento. Essa crítica não é nova e se apresenta

também em intelectuais que têm buscado chamar a atenção para a necessidade de produzir (e/ou reconhecer a produção existente) pautada em uma lógica descolonizadora.

Foi um grande desafio para essa equipe de autoras(es) produzir o material considerando essa premissa, isso porque somos frutos de uma insistente inserção do pensamento eurocêntrico que influencia o modo como pesquisamos e escrevemos. Contudo, intelectuais negras, negros, indígenas e outros antirracistas esforçaram-se para trilhar outros caminhos de conhecimento inspiradas e inspirados pelos saberes ancestrais.

Nesta Coleção, buscou-se confluir formas de produção acadêmicas tradicionais com as experiências que vivenciamos enquanto indivíduos negros, negras e povos originários num texto didático que pudesse alcançar uma diversidade de pessoas. É um trabalho inaugural dentro do IFBA e, como tal, tem suas limitações, contudo, tem o mérito de abrir caminhos.

Cada Caderno Temático tem o “DNA” da equipe de pesquisadoras(es) e, ao mesmo tempo, a singularidade da escrevivência de cada autora e autor. Trabalhamos sob uma metodologia fundamentada na cosmovisão africana e ameríndia ou, dito de outro modo, em valores inspirados na ancestralidade negra e indígena, a exemplo da coletividade, do afeto, do respeito e da generosidade.

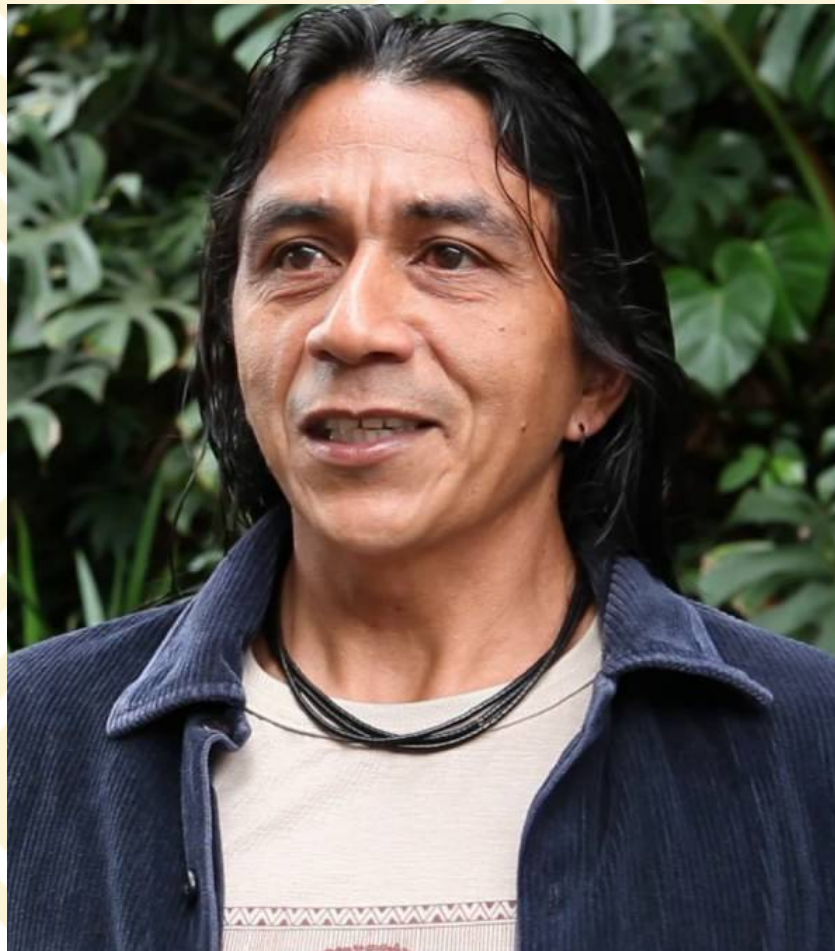
Desejamos que o Asé-Toré que teceu este material alcance a dimensão do sensível e desperte em você toda a potência da ancestralidade, fortalecendo seus passos... que também são nossos passos... e de nossas e nossos ancestrais.

Asé-Toré!

DRA. HEIDE DE JESUS DAMASCENO
COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

DRA. PRISCILA ELISABETE DA SILVA
COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
(ORGANIZADORA DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ)

O AUTOR DESTE CADERNO:



EDSON KAYAPÓ

Pertencente ao povo Mebengokré, nascido no estado do Amapá. Doutor em Educação pela PUC-SP, escritor, membro do Parlamento Indígena do Brasil e do Núcleo Indígena e Quilombola da CDH/OAB-SP, e da Comissão de Justiça Ambiental da UNICAMP.

Professor no IFBA Porto Seguro. E-mail de contato: edsonbkayapo@gmail.com.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

POVOS INDÍGENAS E GENOCÍDIO: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO? 16

1.1 A escola e o silenciamento dos povos indígenas: muitas histórias 18

1.2 A diversidade sociolinguística dos povos indígenas no Brasil: presente e passado 20

1.3 A Lei 11.645/08 e a inclusão obrigatória da história e cultura indígena no currículo oficial: desafiando o eurocentrismo 23



ESCOLA



CAPÍTULO 2

POVOS INDÍGENAS: QUEM SÃO ELES? 26

2.1 Territórios originários e conflitos históricos 28

2.2 A educação indígena na escola 30

2.3 Povos indígenas na contemporaneidade: "Eu posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou" 32



CAPÍTULO 3

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS E REEXISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS..... 35

3.1 Por uma história protagonizada pelos indígenas 37

3.2 Ancestralidade, resistência e reexistência dos povos indígenas: imbricação de Tempos39

3.3 A modernidade vista pelos povos indígenas: a importância da vida humana e não-humana..... 42

CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS..... 44



ESCOLA

CAPÍTULO 1

POVOS INDÍGENAS E GENOCÍDIO: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?



POVOS INDÍGENAS E GENOCÍDIO: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

Pautando nossas ações nos princípios da lei 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, seguimos pelos caminhos da **decolonialidade** e do rompimento com os silêncios, lacunas e estereótipos historicamente impostos aos povos indígenas, especialmente nas salas de aula.



Figura 1: Indígenas da Bahia. Foto: Guilherme Cavalli/Cimi. Fonte: <https://tinyurl.com/bdhkuycr>, Acesso em: 05/03/2022.

O diálogo expõe o debate sobre os povos indígenas na atualidade e no passado, com foco na população indígena contemporânea de carne e osso e suas diversidades sociolinguísticas, seus saberes milenares e suas **cosmologias**, que dialogam com os tempos e se atualizam no presente. Neste caderno buscamos refletir sobre a necessidade de mudanças urgentes nos currículos escolares, visando a inclusão da temática indígena na sala de aula e na história.

Trata-se de uma temática necessária e urgente, da qual não podemos e não devemos nos esquivar. A tarefa a ser realizada é a construção de um olhar renovado e propositivo sobre a temática indígena na escola, combatendo os laços da colonialidade que apresentam uma versão da história que quer ser a única voz autorizada, escamoteando outras histórias silenciadas.

Nos diálogos aqui apresentados, não há espaços para abordagens românticas e nem para a reprodução de discursos racistas e generalizantes. As vozes emudecidas pelos colonizadores são ecoadas no diálogo com a multiplicidade de concepções de mundo, e pela diversidade sociolinguística dos povos originários. Ressalta-se nessa perspectiva a importância das narrativas realizadas por intelectuais pertencentes aos grupos silenciados, a exemplo do texto aqui apresentado.

A-Z

Decolonialidade

A decolonialidade é considerada como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados desde os tempos coloniais, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. Fonte: <https://tinyurl.com/mwtuhzfs>

Cosmologia

Estuda o Universo, a sua organização e a sua origem. Fonte: <https://tinyurl.com/y6ucr4dh>.

1.1 A ESCOLA E O SILENCIAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS: MUITAS HISTÓRIAS

Desde o desembarque das caravelas colonizadoras nos territórios originários dos povos indígenas, datado em abril de 1500, inaugurou-se por aqui um brutal processo de violência, que culminaria no extermínio dos povos indígenas, se não fossem as habilidosas estratégias de resistências historicamente planejadas e executadas por esses povos.

A educação foi um dos aparelhos ideológicos amplamente utilizados pelos agentes colonizadores, promovendo a ação de “abrasileiramento” dos povos originários e o apagamento de suas culturas, dos seus modos de ser e viver. Ressalta-se que a categoria “abrasileiramento” é entendida como a integração dos povos indígenas à comunhão nacional, o que pressupõe o desaparecimento brutal das diversidades sociolinguísticas desses povos.

O passado **genocida** e **epistemicida** implantado pelo projeto colonizador deixou rastros duradouros. O sociólogo peruano Anibal Quijano (1997) nomeia como colonialidade o vínculo duradouro entre o passado e o presente, configurando-se num padrão de poder entendido como uma experiência colonial moderna. Na história e nas práticas da sociedade brasileira, por muito tempo, afirmou-se um silêncio sobre a diversidade dos povos indígenas e seus saberes. Em nossas escolas (não indígenas) ensinava-se sobre o índio estereotipado, estático no tempo. Essa prática, destacamos, é tributária de práticas coloniais que reproduzem tanto o esquecimento quanto os discursos herdados da ideia do “índio” bestial, sem fé, sem rei, sem lei e dotado de uma natureza inferior, tanto biologicamente quanto culturalmente.

Analisando as perspectivas indigenistas colonizadoras que proliferaram no Brasil e suas implicações na educação escolar, é relevante o estudo da professora Bittencourt (2013), onde ela constata que, nos tempos da monarquia, foram difundidas as imagens do índio selvagem e genérico nas escolas, o que pode ser entendido como uma marca da **historiografia** produzida sob

as influências de Francisco Varnhagen, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sobre os povos indígenas.

Os livros didáticos que circulavam nas escolas naquele período eram repletos de ilustrações iconográficas com alusões às características genéricas da cultura indígena, ignorando qualquer traço de identidade particular ou valorização das diversidades socioculturais, gerando análises superficiais sobre a temática.

O intelectual indígena Gersem Baniwa (2006, p. 32) explica que a partir do século XX, a historiografia brasileira relacionou o debate em torno do índio e da mestiçagem étnica com a discussão sobre democracia racial, cuja preocupação era a formação do povo brasileiro em seus aspectos de miscigenação, em que se buscava referendar algumas das qualidades herdadas dos indígenas na composição do povo brasileiro. Nas escolas e nos livros didáticos, a figura do indígena era apresentada tanto da perspectiva do “índio selvagem” vítima da crueldade colonizadora quanto daquele que era detentor de potenciais características para compor a cultura nacional mestiça, ainda que estivessem condenados à extinção.

Dessa forma, os povos indígenas foram transformados em mestiços, sem que a escolar demonstrasse qualquer interesse na busca de diálogos com o seu passado e seu presente, afinal, a mestiçagem era e é vista de forma otimista na construção da identidade brasileira, apagando as histórias, memórias, saberes e línguas desses povos. Tal perspectiva anula os conflitos travados entre povos indígenas e colonizadores e aponta para o futuro nacional sem vencidos e vencedores, dando lugar ao discurso de que o Brasil é o país do respeito ao pertencimento, onde todas as pessoas e grupos vivem pacificamente.

Portanto, a mistura das três raças articulada à ideia da “democracia racial” dará a tônica da tendência historiográfica e educacional nas primeiras décadas do século 20, em que as boas qualidades dos europeus colonizadores se fundirão a determinadas características culturais da população negra e indígena, formando a comunidade nacional.

As novas vertentes de pensamentos introduzidas no Brasil a partir da década de 1930, pouco alterou a compreensão das

A-Z

Genocídio

“[...] atos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso” (Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio, ONU/1948).

Epistemicídio

É a “destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SOUZA SANTOS, 2009, p. 183).

Historiografia

Historiografia é o registro escrito da História. Podemos dizer que é a arte de escrever e registrar os eventos do passado. O termo historiografia também é utilizado para definir os estudos críticos feitos sobre aquilo que foi escrito sobre a História. Um exemplo: se um historiador faz um estudo crítico sobre o trabalho feito por Heródoto (historiador que viveu na Grécia Antiga e escreveu sobre o período), então ele está produzindo um trabalho de historiografia. Fonte: <https://tinyurl.com/yewz7xxt>

dinâmicas dos povos indígenas. Permaneceu o silenciamento e a subalternização.

Fica evidente que por séculos a escola vem reproduzindo impavidamente o discurso hegemônico da história oficial, fazendo prevalecer a versão que destaca as ações heróicas dos europeus, especialmente dos portugueses, enquanto os povos indígenas aparecem em momentos recortados e posteriormente desaparecem paulatinamente. As crianças e adolescente são ensinadas sobre as “heranças deixadas pelos indígenas”, deixando a impressão de que o extermínio desses povos se consumou a partir da formação da massa homogênea formada pela nação brasileira.

As escolas e seus currículos, sutilmente ou declaradamente vêm acompanhando a ação genocida do Estado, apagando as memórias e as histórias desses povos no processo de ensino e aprendizagem. Os povos originários são condenados a um passado longínquo da história nacional, enquanto suas concepções cosmológicas e saberes milenares são transformados em folclore e lendas, num movimento que desumaniza-os.



Figura 2: Dia do índio. Fonte: <https://tinyurl.com/ye27yvck>. Acesso em: 02/07/2021.

A imagem acima é afiliada da história hegemônica produzida e ensinada, que é a expressão da colonialidade, fruto de uma certa visão de mundo que colabora para prevalecer a versão dos grupos dominantes, em detrimento das histórias dos grupos subalternizados. Compreender os princípios dessa lógica excludente é fundamental para realizarmos o movimento de ruptura com a colonialidade.

A ruptura com a abordagem colonizadora na escola deve acontecer através de atitudes pedagógicas que reconheçam a pluralidade da nação brasileira e a diversidade dos povos indígenas, ressaltando que esses povos estão inseridos no tempo presente. A escola deve exercer outro olhar que pode ser entendido e guiado por outros princípios: por meio de outra ética e de outra lógica histórica. É simples! Basta compreendermos que a nação brasileira não é uma unidade homogênea e sim uma unidade atravessada pela diversidade de identidades, línguas e diferentes formas de organização sociocultural.

No entanto, inserir os povos indígenas na história/ciência e nos currículos escolares é um desafio que pressupõe uma mobilização em termos de pesquisa e da produção de outras histórias que confrontam a versão da história oficial.

Um aspecto que merece atenção é a criação do mito do índio genérico e exótico: todos falam o Tupi, adoram Tupã e vivem nas florestas. Trata-se de uma representação repleta de estereótipos, romantizações e generalidades, apresentada por ocasião do dia 19 de abril, data eleita para comemorar o “dia do índio”.

É recorrente que no dia 19 de abril a escola reproduza uma infinidade de estereótipos que são inculcados nas crianças e jovens brasileiros, implicando na construção de uma falsa imagem sobre os povos indígenas, o que contribui para a visão de que não são cidadãos de direito a ponto de terem suas terras invadidas, suas vidas ceifadas e suas memórias silenciadas. Toda essa maneira de pensar e ensinar a história e cultura dos povos indígenas está sob suspeita a partir das últimas décadas. A escola e o ensino de história são repensados em diálogo com os movimentos sociais



Esse tema é também trabalhado pela intelectual e autora indígena **Bárbara Nascimento Flores** no Caderno Temático: **Diversidade de Saberes dos povos Indígenas**, dessa Coleção Pedagógica. Fica aqui uma dica importante para seu aprimoramento.



Os sites abaixo indicados podem colaborar no repensar da temática indígena no Brasil, através da leitura de informações e dados. Confira:

<https://indigenas.ibge.gov.br/>
<https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>

democráticos, e particularmente, em diálogo com o movimento indígena em suas diversas faces, significando um avanço da sociedade brasileira e uma conquista para os povos originários, que desembocará inclusive na criação da Lei 11645/08. Mais adiante o texto abordará o tema movimento indígena.

A reformulação da abordagem sobre a temática indígena na escola não pode se restringir a denunciar a brutalidade das políticas indigenistas ao longo da história. Obviamente que esse movimento é necessário, mas é preciso avançar no combate ao racismo, na desmontagem do silenciamento e das generalidades, trazendo os povos indígenas para dentro da história, nos diversos tempos. Trazê-los para dentro da história e ressignificar o ensino da história e cultura na escola significa dar visibilidade, respeitar o protagonismo e as diversidades, dando relevância às lutas de resistência desses povos.

Ainda hoje persiste a tendência de identificar a pluralidade étnica e a diversidade cultural desses povos como inimigas do progresso e da soberania nacional. Como exemplo que se contrapõe a tal perspectiva, o intelectual indígena Brito (2012) demonstra que a unidade territorial brasileira foi garantida, em grande medida, graças aos próprios indígenas, que sempre estiveram ocupando as faixas fronteiriças e sofreram fortes pressões do Estado para serem transformados em guardiões das fronteiras, especialmente por meio da implantação de escolas nestas localidades, cuja finalidade era abraçar esses povos e nacionalizar os territórios de fronteiras em favor da sua defesa contra os possíveis “invasores estrangeiros”.

1.2 A DIVERSIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: PRESENTE E PASSADO

Os estudos e pesquisas arqueológicas, antropológicas, linguísticas e históricas informam que na chegada das primeiras caravelas colonizadoras em 1500 no Brasil, havia uma gigantesca diversidade sociolingüística originária. A intelectual indígena Anari

Bomfim (2017) aponta a existência de mais de cinco milhões de indígenas, centenas de povos falantes de mais de 1200 línguas diferentes no ano de 1500, números que desmistificam o argumento colonizador de que o Brasil era um vazio demográfico.

No segundo episódio da série *Guerras do Brasil* (2018), exibida na Netflix, o líder indígena Ailton Krenak referenda as informações levantadas por Bomfim, afirmando que ao chegarem no Brasil em suas naus, os portugueses estavam doentes, famintos e psicologicamente desequilibrados. Os antepassados indígenas, que eram bastante expressivos em termos numéricos, receberam os brancos, cuidaram de suas feridas, colheram e serviram os melhores frutos da terra originária, deram o acolhimento necessário para o descanso de suas dores, esperando que ocorresse uma reciprocidade em termos de amizade e respeito, mas o que aconteceu nos anos seguintes foi a expropriação, a escravidão e a declaração de guerra e o extermínio dos povos originários.

As guerras e as ações genocidas do projeto colonial utilizavam as mais brutais estratégias, entre elas a realização de epidemias programadas que contaminaram e exterminaram povos e aldeias inteiras, realizando as primeiras guerras bacteriológicas que se tem notícia por aqui. Os povos indígenas eram “presenteados” com alimentos, roupas e cobertores contaminados com varíola, por exemplo, e o resultado era muito sofrimento e mortes de pessoas, grupos e da diversidade dos povos.

É fundamental destacar que os povos indígenas foram bem efetivos em seus projetos de resistência e de re-existência, sendo assim, as guerras, a escravidão, as epidemias e a desestruturação de seus modos próprios de organização social não lograram êxito quanto ao seu objetivo final, que era o extermínio.

Os povos originários organizaram e realizaram enfrentamentos bélicos, muitos grupos se retiraram para as matas e outros fizeram pactos estratégicos com os colonizadores, atualizando dinamicamente suas línguas, cosmologias e modos de vida.

Portanto, para além da perspectiva que enxerga apenas traços indígenas herdados pelo povo brasileiro, é preciso investigar a



As organizações nacionais e regionais indígenas no Brasil e suas histórias podem ser conhecidas acessando o site: <https://cimi.org.br/2008/07/27614/>, <https://cimi.org.br/2008/07/27614/>.



fundo as contribuições desses povos à cultura nacional. Berta Ribeiro (1995) assinala que os povos indígenas são detentores de saberes milenares, que passam pelo campo do manejo florestal, práticas agrícolas e medicinais, que fazem parte do convívio cotidiano nas aldeias. A autora demonstra que as pesquisas realizadas por antropólogos e biólogos entre os indígenas levou-os a desenvolver ramos associados entre a etnologia e a biologia aos quais se deu o nome de etnobotânica, etnozootologia e outros campos da etnociência.

Entre outros ensinamentos, os povos indígenas têm demonstrado a capacidade de conviver de maneira simples, sem serem contaminados pelo consumismo desenfreado próprio do sistema capitalista doentio, assim como têm convivido em equilíbrio com a natureza e todos os elementos que a compõem, o que significa serem portadores de um saber que envolve conhecimentos experimentados e milenarmente construídos.

Entender e ensinar sobre a racionalidade da organização dos povos indígenas em seus territórios e em seus cotidianos é importante para que os estudantes percebam que o próprio processo de destruturação social dos desses povos está relacionado a um projeto maior de desenvolvimento que tem posto em risco não apenas suas vidas, mas da humanidade e de todas as formas de vida. Ao mesmo tempo, o debate nesta perspectiva pode contribuir efetivamente para a compreensão de que, apesar de organizarem suas existências em outras lógicas, trata-se de povos do tempo presente, não mais idealizados como personagens de ficção romântica do passado.

O combate ao racismo, generalidades e estereótipos pressupõe conhecer e reconhecer as diversidades socioculturais desses povos no presente e no passado, bem como o processo colonizador que historicamente assola seus modos próprios de organização. Esses povos podem contribuir no repensar das crises de valores instituídas pela lógica capitalista, como veremos a diante.

O primeiro grupo de Jesuítas que se instalou no Brasil em 1549 levou em consideração a bula *Sublimus Dei*, documento emitido

pelo papa Paulo III em 1537, que determinou que os povos originários eram humanos. No entanto, o padre Manuel da Nóbrega, líder dos jesuítas no Brasil, afirmava em suas cartas que os povos originários eram crédulos, mas não tinham fé, e que a credulidade desses povos era vinculada a uma espiritualidade inferior, que precisava ser combatida, visando a salvação daquelas almas (GOMES, 1988).

Na visão daqueles jesuítas, a credulidade é uma vagabundagem da fé, sendo que a credulidade indígena estava vinculada ao demônio e seus líderes espirituais eram por excelência os porta-vozes do mal, pois eram profundo conhecedores do mundo cosmológico e das narrativas de origem de todas as coisas. Endemonizar as diversidades socioculturais dos povos originários era uma maneira de afirmar que a fé é a forma centralizada da crença, demonstrando-se excludente e ciumenta.

Os pareceres dos padres jesuítas repetidos em diversas cartas dialogam com as considerações de Pero Magalhães Gandavo, um alto funcionário dos interesses colonizadores portugueses no Brasil. Segundo ele, o “índio degenerado” que ele conheceu não pronunciava as letras F, L, R, demonstrando de que não tinham fé, nem lei e nem rei e, portanto, eram povos desordeiros e injustos (BRITO, 2012).

O “índio degenerado” de Gandavo, atrelado às impressões jesuíticas, adicionados a outros pareceres racistas do século XVI fundamentaram práticas brutais de dominação, desembocando na decretação das “guerras justas” contra esses povos, na conversão forçada e na escravidão daqueles que não aceitavam a fé cristã ou as ordens da coroa portuguesa.

Vale lembrar que o poder secular e o poder espiritual não estavam em campos opostos, como frequentemente é apresentado na historiografia brasileira. Antes, eram forças complementares que eventualmente entravam em choque por interesses imediatamente divergentes. De todo modo, os jesuítas foram expulsos pela administração colonial em 1759, e nesse contexto aconteceu a implantação do Diretório do Marquês de Pombal, que se



Etnografia

É uma metodologia das ciências sociais, principalmente da disciplina de Antropologia, em que o principal foco é o estudo da cultura e o comportamento de determinados grupos sociais. Literalmente, etnografia significa descrição cultural de um povo – do grego *ethnos*, que significa nação e/ou povo e *graphein*, que significa escrita. Fonte: <https://tinyurl.com/2p9dcxpw>



apresentava como a doutrina do índio cidadão, declarando a transformação dos povos indígenas em cidadãos livres.



Figura 3: O diretório dos índios. Fonte: <http://historiaemais.blogspot.com/2011/05/diretorio-dos-indios.html>. Acesso em: 24/08/2021.

Com isso, mais uma guerra estava aberta contra as diversidades sociolinguísticas dos povos originários, e desta vez apresentava-se como parte do plano de racionalização administrativa. Como expresso na figura acima, o Diretório impôs aos indígenas a lógica do trabalho e da produção econômica sistematizada, transformando-os em trabalhadores regidos por severos princípios de conduta moral, reformulando seus costumes, entre os quais a adoção obrigatória da língua portuguesa, o uso forçado de roupas e de sobrenomes portugueses e a implementação de moradias em casas compartimentadas dentro de vilas, além de

autorização do casamento de não-índios com os indígenas, uma decisão que de certo modo pode ser entendida como a oficialização do estupro, especialmente das mulheres indígenas.

O Diretório dos Índios foi uma política evidentemente colonizadora e muito violenta, que utilizou o discurso da cidadania para arrancar o pertencimento dos povos indígenas. Não sem perdas, tiveram resistências e continuidade das tradições desses povos.

A Carta Régia de 12 de maio de 1798, que revogou o Diretório dos Índios, estabelecendo a relação paternalista entre brancos e índios a serviço, retomou o conceito de guerras defensivas contra os indígenas ao mesmo tempo que os promoveu à condição de órfãos, retirando-lhes o status de cidadãos (GOMES, 1988). A partir de então veremos a montagem de uma orquestra desafinada, que pretendia realizar o definitivo extermínio.

A independência proclamada em 1822 pouco mudou a estrutura sociopolítica do país, mantendo-se a escravidão, o latifúndio, a concentração de renda e o anti-indigenismo oficial. A constituinte criada era basicamente formada por escravocratas latifundiários que pouco ou nenhuma sensibilidade tinham para enxergar os povos indígenas espalhados pelo país. A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1822, assim como a Constituição republicana de 1891, não fizeram qualquer referência aos indígenas, tornando-os invisíveis perante o Estado e a sociedade brasileira.

O Ato Adicional de 1834, a *Tutela orfanológica* criada em 1831 e o Decreto 426 de 1850, intitulado *Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios*, trouxeram sistemáticas políticas genocidas aos povos indígenas. Pelo ato adicional, os povos indígenas ficavam à mercê dos interesses dos governantes das províncias, que eram esmagadoramente anti-indígenas.

Ademais, o século XIX foi particularmente proliferador de teorias racistas e de profecias de extinção dos povos indígenas. Tanto o romantismo de José de Alencar, escritor da primeira geração de autores românticos no Brasil, idealizador da figura do indígena dócil, exótico e contraditoriamente herói nacional, quanto os escritos científicos de Francisco Varnhagen respeitado membro do



A intelectual indígena **Bárbara Flores** no Caderno dessa coleção intitulado: *Diversidade de Saberes dos Povos Indígenas* apresenta uma discussão sobre “guerras justas”. Recomendamos a leitura desse Caderno Temático.



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apontavam para a fatídica extinção desses povos, por não conseguirem acompanhar o progresso humano, pois, segundo teorias racialistas daquele contexto, não tinham capacidade para acompanhar o progresso humano, como conseguiram os europeus.

Com a abolição da escravidão no Brasil (Lei Áurea), milhares de imigrantes europeus aportavam no Brasil em busca de oportunidades de trabalho, enquanto a população negra e indígena era mantida à margem do mundo do trabalho assalariado. Grupos de imigrantes instalaram colônias no sul do país, abrindo novas frentes de guerras de extermínio contra os povos indígenas locais.

Em meios às pressões nacionais e internacionais pela proteção aos povos originários, o Estado brasileiro criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, dando início às ações de tutela e integração desses povos à comunhão nacional. O advento da Fundação Nacional do Índio, criada em 1967, deu continuidade à política assimilacionista, concebendo os povos indígenas como sujeitos em via de transição, que em breve seriam apenas brasileiros, abandonando suas diversidades sociolinguísticas.



Figura 4: Guarda Rural Indígena. Fonte: Brasil de fato – <https://tinyurl.com/2veh8k6t>. Acesso em: 18/04/2021.

A imagem acima retrata uma cena de desfile da Guarda Rural Indígena, em Minas Gerais. No bojo da política assimilacionista, o estado criou a Guarda, treinando indígenas para o amor à pátria e para torturar outros indígenas contrários à ordem autoritária vigente no país.

O processo de redemocratização do Brasil trouxe no seu bojo a constituição do movimento indígena contemporâneo e a conquista dos direitos originários estabelecidos na constituição promulgada em 1988. Os tempos de direitos possibilitaram o redimensionamento e a revitalização das diversidades sociolinguísticas dos povos indígenas, de tal maneira que a população indígena vem crescendo nas últimas décadas, acompanhada pelo fortalecimento de suas tradições, cosmologias, memórias históricas e línguas.

1.3 A LEI 11.645/08 E A INCLUSÃO OBRIGATÓRIA DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO CURRÍCULO OFICIAL: DESAFIANDO O EUROCENTRISMO

Como consequência social de redemocratização do país, foi criada a Lei 11.645/2008, abrindo novos horizontes para o ensino da história e cultura dos povos indígenas, possibilitando o rompimento com o silêncio e com a memória produzida pelos grupos hegemônicos. A lei coloca sob suspeita o currículo que produz e reproduz a invisibilidade e o silenciamento desses povos, rejeitando o racismo, os estereótipos e generalidades a que eles foram subjugados historicamente.

A Lei estabelece que a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, será assim alterada da seguinte forma: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 1996).

Assim sendo, abre-se a possibilidade para se repensar o lugar ocupado pelos indígenas na constituição da sociedade nacional e na educação ofertada nas escolas, contribuindo com a valorização das diversidades socioculturais no Brasil, dando visibilidade aos projetos de autonomia construídos pelos povos indígenas na atualidade.

Portanto, está aberto o convite para a instituição de diálogos, debates de ordens diversas, buscando promover a revisão de tudo o que a sociedade e as escolas sabem e ensinam sobre a temática indígena.

Vale ressaltar que o estudo da história e da cultura dos povos indígenas nas escolas não deve enfatizar apenas as histórias das derrotas e das perdas, que culminaram no extermínio. Tal perspectiva derrotista silencia as histórias das resistências e das estratégias de continuidade e manutenção das tradições originárias, o que pressupõe históricas ações de autodefesa, pactos e diálogos com os grupos políticos do entorno.

Do mesmo modo, é necessário que o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas se esquive das armadilhas criadas pela visão romântica e folclórica, em que os indígenas são representados como grupos de pessoas ordeiras, boazinhas, heróis e salvadores da humanidade. Não podemos perder de vista que os povos indígenas são formados por grupos humanos de carne e osso, e que não estão dispostos a assumir sozinhos a responsabilidade pela reconstrução de tudo o que foi destruído pela humanidade, em nome do progresso e do bem-estar.

No entanto, inserir os povos indígenas na história e nos currículos escolares é um desafio que pressupõe uma mobilização em termos de pesquisa e da produção de outras histórias que confrontam a versão da história oficial, de caráter eurocêntrico, que silencia e generaliza esses povos e aponta a Europa como matriz civilizatória que todos os povos devem seguir. É necessário avançar, rompendo o silêncio, as lacunas e os estereótipos que permanecem nos dias atuais.



Para exercitar o aprendizado

O líder indígena Marcos Terena sinaliza que o pertencimento indígena é dinâmico e ancestral, nas relações com o Estado e com a sociedade ocorrem mudanças de hábitos, mas a ancestralidade permanece, observe a sequência de imagens a seguir. A Figura 5 sinaliza um fragmento da diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil contemporâneo, enquanto a imagem 6 representa o momento em que a advogada Samara Pataxó faz uma palestra no Seminário Por Estas e Por Outras, realizada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2021. Após analisar a frase e rever as imagens anteriores formem pequenos grupos e dialoguem sobre o que vocês já sabem e o que gostariam de saber sobre os povos indígenas contemporâneos, suas situações socioeconômicas, seus direitos originários e seus vínculos ancestrais. Em seguida, compartilhem os diálogos com toda a turma.



Seguindo em direção a uma postura pedagógica decolonial, pautada em saberes construídos a partir dos conhecimentos e vivências dos povos originários, o estudo da história e da cultura indígena nas escolas pode ocorrer por um viés que reconheça a pluralidade da nação brasileira e a diversidade dos povos indígenas, ressaltando que esses povos estão inseridos no tempo presente, em diálogo com o passado.

No último capítulo desse Caderno Temático serão apresentados autores/artistas e obras protagonizadas por indígenas.



Figura 5: Povos indígenas no Brasil. Fonte: <https://tinyurl.com/ywfub49r>. Acesso em: 24/09/2021.



Figura 6: Seminário “Por estas e por outras” (STF). Fonte: <https://tinyurl.com/39k-8fjc5>. Acesso em: 28/08/2021.



Expectativa de aprendizagem:

A partir da atividade proposta, pretende-se que o/a leitor/a identifique a presença das ancestralidades indígenas no tempo presente, contemplando tanto o debate em torno do mito de que os aspectos da modernidade adotados pelos indígenas subtraem seu pertencimento quanto a compreensão a respeito das diversidades sociolinguísticas destes povos.



CAPÍTULO 2

POVOS INDÍGENAS: QUEM SÃO ELES?



POVOS INDÍGENAS: QUEM SÃO ELES?

Os povos indígenas no Brasil contabilizam na atualidade uma diversidade de mais de 300 diferentes povos, falantes de mais de 270 línguas, formando um mosaico de modos próprios de organização e saberes milenarmente produzidos.



Figura 7: mulheres indígenas inspiradoras (da esquerda para direita: Arissana Pataxó, Luana Kumaruara, Julieta Paredes, Hamangai Pataxó, Djuena Tikuna e Ara Mirim Sônia) Fonte: Revista Educação — <https://tinyurl.com/32pez36s>. Acesso em: 29/09/2021.

Sem perder o foco do debate proposto, é importante lembrar que, na atual conjuntura política brasileira, assistimos a uma

situação de absoluto descompromisso do Estado com os direitos originários legalmente constituídos, a exemplo dos encaminhamentos para a aprovação da tese do marco temporal e o Projeto de Lei 490/2007, em votação no Superior Tribunal Federal e na Câmara Federal respectivamente. Os dois projetos transformam a carta magna em letra morta, uma vez que, se aprovados, os direitos conquistados a duras penas serão desmontados, especialmente o direito à demarcação dos territórios originários.

Estão escancaradas as violências e situações de conflitos que se sucedem desde a invasão portuguesa nos territórios indígenas. Nos dias atuais, os principais protagonistas do genocídio são os grupos empresariais ligados ao agronegócio, que mantêm fortes influências nas decisões políticas do país, com o discurso de que os povos indígenas atrapalham o desenvolvimento nacional.



O site do Instituto Socioambiental pode colaborar para visualizarmos a realidade desses povos, suas histórias, línguas, territórios, saberes e desafios enfrentados.

Confira em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal

É nesse contexto de violação intensa de direitos que os povos indígenas organizam suas resistências e reexistência, mantendo uma relação forte com as suas ancestralidades e com as forças da natureza. Os saberes milenares transmitidos de geração em geração são mantidos dinamicamente e utilizados nas relações sociais cotidianas, a exemplo da cura através do uso de ervas, raízes, sementes, cipós e outros elementos naturais.

Obviamente que não se trata de povos com as mesmas tradições e costumes daqueles grupos indígenas que estavam no Brasil em 1500, pois a reexistência desses povos pressupõe um dinâmico movimento de transformação dos seus modos de organização política e das suas línguas, mantendo-se a ancestralidade e o pertencimento a grupos distintos. Assim entendido, podemos perceber que paralelo à brutal violência colonizadora, houve e há uma efetiva resistência dos povos indígenas no Brasil.

Até aqui, você percebeu o quão importante são os direitos e a diversidade indígena neste país. Conhecê-la é combater o genocídio sofrido por essas populações desde 1500. Na sequência, abordaremos os territórios indígenas e os conflitos sofridos por eles.

2.1 TERRITÓRIOS ORIGINÁRIOS E CONFLITOS HISTÓRICOS


Ao longo da história, a questão indígena encontra-se impregnada pelo ideal integrador: o interesse de integrar os povos indígenas à nação brasileira, assimilando-os à cultura hegemônica e aos interesses econômicos do Estado. É um processo incessante de violência, em que suas características físicas são desqualificadas e suas tradições não têm reconhecimento externo e são difamadas, provocando o paulatino apagamento sociolinguístico desses povos. Como será visto mais adiante, as pesquisas atuais indicam que no momento da chegada dos colonizadores portugueses em 1500, existia uma diversidade de aproximadamente 1200 línguas faladas por esses povos, sendo que centenas delas foram extintas em poucas décadas de colonização.

As intensas problemáticas que afetam os povos indígenas no Brasil na atualidade têm início com a chegada das caravelas colonizadoras em 1500. A partir de então, esses povos tiveram que organizar estratégias e frentes de combate ao desenvolvimento colonial, que ao mesmo tempo buscava catequizar e fixar grupos indígenas em áreas arbitrariamente determinadas, por meio dos aldeamentos, dos descimentos e das reduções, limitando seus territórios, seus projetos societários e suas autonomias políticas.

A expropriação territorial vem ocorrendo por meios legais criados pelo Estado e por outras vias violentas, agredindo as comunidades, pessoas e coletivos de vidas que habitam esses territórios, como florestas, animais, montanhas e fontes de águas. Para citar um exemplo, o relatório provincial de 1863, deu por extinta a população indígena no Ceará, abrindo um período de definitiva ocupação de seus territórios originários por senhores latifundiários, ainda que aqueles povos estivessem presentes na localidade (ANTUNES, 2012).

A questão acima é debatida pelo intelectual indígena Ailton Krenak (2009), quando faz a provocação de que o Brasil foi fundado sobre cemitérios. Sua afirmativa evidencia que a nação brasileira foi construída a partir dos territórios originários e com a eliminação de muitos povos, extinguindo línguas e saberes milenares. Uma nação fundada sobre o sangue dos antepassados desses povos, em locais sagrados, onde descansam os espíritos de guerreiras e guerreiros, e fazendo sucumbir muitas aldeias e povos indígenas.

Os povos indígenas lutam como podem, e com as armas que trazem, realizando atualmente as retomadas dos seus territórios tradicionais, afirmando o seu pertencimento identitário. Nesse sentido, ser indígena no Brasil é fazer parte de uma coletividade diversa, em que a terra e a ancestralidade formam um todo sagrado que envolve as línguas originárias, as cosmologias e os modos próprios de organização política. Ou seja, o território é o local de produção e reprodução da vida, não podendo ser confundido com a ideia de terra como objeto de exploração capitalista.



Trata-se de uma diversidade de povos que, segundo os dados do censo do IBGE (2010), representa menos de 1% da população brasileira, contabilizando uma população de 896,917 pessoas, pertencentes a 305 povos, falantes de 274 línguas diferentes.

Da população total, 42,3% vivem fora das terras indígenas, sendo que no estado do Amazonas existe a maior concentração de pessoas indígenas, com destaque aos municípios de São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença e Tabatinga.



Ressalta-se que os meios de comunicação hegemônicos, atrelados aos interesses anti-indígenas, operam uma campanha difamatória, quando não silenciam ou estereotipam os povos indígenas. Raramente esses veículos de comunicação divulgam informações contextualizadas ou posicionadas em favor dos povos indígenas e seus projetos de autonomia, preferindo-se manter o discurso do “atraso cultural”, da necessidade do progresso nacional e da criminalização daquilo que identificam como “invasão de terras” promovidas por grupos indígenas.

Ora, a montagem histórica da estrutura latifundiária e as expropriações territoriais promovidas nos territórios indígenas não acontecem de forma passiva. As resistências aconteceram no passado e atualmente são realizadas através de ações denominadas por esses povos como “retomada” das terras ou autodemarcação dos territórios tradicionais. Trata-se de recuperar parte dos territórios tomados, invadidos ou decretados pelo próprio Estado como terras desocupadas/disponíveis.

“A LUTA PELAS CONQUISTAS DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS ASSUME A POSIÇÃO DE ‘MÃE DE TODAS AS LUTAS’”, SÔNIA GUAJAJARA, MINISTRA DOS POVOS INDÍGENAS

Ou seja, é uma luta que transforma o movimento indígena numa escola/universidade de insurgência contra o modo de produção hegemônico, em favor da vida em sua diversidade e do fortalecimento das tradições indígenas, afinal, a garantia do território é a base do projeto de autodeterminação dos povos indígenas, que carregam consigo a necessidade de políticas de saúde, educação, segurança alimentar e outras necessidades.

É importante situar que no final da década de 1980, o movimento indígena, com o apoio de coletivos democráticos da sociedade civil, conquistou alguns direitos fundamentais, expressos em um capítulo específico da Constituição Federal promulgada em 1988, incluindo a garantia dos territórios tradicionais.

O enunciado do artigo 231 da nossa carta magna assim determina:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

MAS O QUE É O MOVIMENTO INDÍGENA?

Eu diria que é um coletivo de povos e demandas que mantém diálogos e mobilizações em torno de pautas e bandeiras comuns.

Portanto, a constituição cidadã vigente trouxe um avanço na garantia dos direitos originários, no entanto, o Estado tem feito pouco esforço para a efetivação dos direitos conquistados, especialmente no que se refere à demarcação dos territórios tradicionais desses povos. Pressionado pelos grandes projetos do agronegócio, o poder público fica engessado e se rende aos interesses dos grupos econômicos hegemônicos, o que faz postergar o projeto de autodeterminação dos povos indígenas.



Nas palavras de Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, a luta pelas conquistas dos territórios tradicionais assume a posição de “mãe de todas as lutas”, pois no seu bojo estão o respeito aos antepassados e à ancestralidade e o reconhecimento da importância da vida em todas as suas dimensões.

A afirmativa foi feita em 2021 via youtube. Conferir em: <https://bit.ly/3CUYcI9>



O líder indígena Gersen Baniwa escreveu um livro (2006), no qual explica com detalhes a história do movimento indígena brasileiro, o livro está disponibilizado no seguinte endereço: <https://bit.ly/3XAAN0o>.



Figura 8: Genocídio histórico. Foto: Luiz Vasconcelos, 2008. Fonte: Portal Amazônia Real– <https://tinyurl.com/5ebkww4h>. Acesso em: 25/10/2021.

A brutalidade representada na imagem acima não é uma exceção, mas uma prática corriqueira de desrespeito aos direitos dos povos indígenas, que em última instância se traduz na execução de lideranças e extermínio de povos. De igual modo, a coragem expressa pela mãe com a criança no colo representa de maneira exemplar a histórica resistência desses povos na luta por seus direitos.

Diante dos desafios colocados, os povos indígenas mantêm-se em situação de resistência, ancorados na utopia que vislumbra uma nação que respeite aqueles que estavam aqui antes da invasão de 1500. No ano em que o Brasil celebra duzentos anos da sua independência, esses povos continuam subalternizados e mobilizados por outro projeto de independência, que inclua as suas diversidades sociolinguísticas.

2.2 A EDUCAÇÃO INDÍGENA NA ESCOLA

A educação para os indígenas é uma prática pedagógica genocida, implantada pelos jesuítas e que perdurou por, pelo menos, cinco séculos, ganhando novas roupagens ao longo da história. Diga-se que a educação escolar chegou de forma arbitrária entre os povos indígenas, não pediu permissão para entrar e chegou para exterminar a sociodiversidade desses povos.

A educação colonizadora se instalou no meio indígena como um corpo estranho que entrou e se apossou da comunidade, buscando arrancar a ancestralidade dos povos. Por sua vez, a comunidade não era a sua gestora, os conteúdos ensinados não dialogavam com as realidades dos povos indígenas, os professores eram de fora da comunidade e o ensino acontecia na língua do colonizador.

Esse modelo de educação chegou ao meio indígena desestruturando as formas tradicionais de organização, ditando novas regras para o funcionamento da vida comunitária e resultou na extinção de centenas de línguas, na fragilização das identidades étnicas e das práticas coletivas, assim como enfraqueceu as espiritualidades originárias em favor da imposição do cristianismo como a única verdade admitida. Os desdobramentos dessa situação foi o abandono de práticas cosmológicas e a adoção de hábitos alimentares nocivos à saúde, a proliferação de doenças, enquanto as tradicionais formas de tratamento da saúde foram abandonadas, em favor da medicina e da farmacologia ocidental.

A escola pretendia homogeneizar os comportamentos e as concepções de mundo, e muitos pais/mães e os mais velhos se empoergavam com a proposta da escola opressora, pois acreditavam que seus filhos e netos aprenderiam os códigos do “mundo civilizado” e seriam felizes fora da realidade sociolinguística indígena. De forma complementar, para alguns indígenas da aldeia, a escola assumiria a responsabilidade pelas crianças, dando aos pais mais tempo para cuidar das obrigações da casa, da roça, e da pesca, tendo a tranquilidade de que as crianças e jovens seriam

formados de acordo com uma sólida base científica. Entretanto, o que aconteceu foi uma verdadeira tragédia etnocida por dentro das escolas nas aldeias.

Portanto, a escola tem sido uma agência de opressão dos povos indígenas, arrancando-lhes suas identidades, sob a promessa da salvação da alma e da implantação dos hábitos ditos “civilizados”. Catequizar, civilizar, assimilar, pacificar, incorporar e abraçar são algumas das intenções explícitas e implícitas identificadas nas práticas pedagógicas da “educação para os índios” no Brasil. Considera-se que o conhecimento tecnocientífico é mais importante que o conhecimento originário, assim como os conhecimentos dos pajés, das parteiras e benzedadeiras, que não tem importância alguma dentro da lógica ocidental.



Figura 9: Educação escolar na aldeia Pataxó Pé do Monte. Foto: Flora, 2015. Fonte: IFBAIANO, <https://tinyurl.com/2vj6ybmj>. Acesso em: 25/10/2021.

Desde o final da década de 1970, os povos indígenas, com o apoio de entidades indigenistas, vêm debatendo e construindo uma nova proposta de educação escolar, que substitua o modelo pedagógico colonizador. A nova proposta é identificada como educação escolar

indígena diferenciada, que pretende ser um instrumento de emancipação dos povos indígenas, transformando a educação escolar num diálogo de saberes que põe em condição simétrica os saberes indígenas e as demais ciências e tecnologias não-indígenas.

As escolas diferenciadas pretendem possibilitar aos povos indígenas a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação e fortalecimento de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas maternas, tradições e saberes, bem como a defesa de seus territórios e outros fundamentais, atrelado ao acesso aos códigos e conhecimentos da sociedade do entorno, visando a realização dos projetos societários desses povos.

É importante destacar que a educação escolar indígena diferenciada preza pelo ensino na língua materna como primeira língua, e tem a comunidade indígena como gestora. Cada povo e cada comunidade deverá criar o modelo pedagógico em sintonia com a realidade do povo/aldeia.

Do ponto de vista legal, a educação escolar indígena diferenciada está amparada nos preceitos da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), e em outros instrumentos legais específicos. O artigo 78 da LDB estabelece que:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Portanto, as escolas indígenas deverão respeitar a realidade de cada povo, criando currículos que atendam a diversidade desses povos, estabelecendo o diálogo intercultural entre saberes indígena e conhecimentos tecnocientíficos.

Longe de ser um mal atualmente, a escola, suas tecnologias e os currículos são entendidos como necessários para o fortalecimento e valorização das tradições, cantos, danças, hábitos, línguas e saberes da comunidade.

Os povos indígenas não querem o retorno ao passado através da escola, mas que no presente se manifestem elementos do passado. O músico Paulinho da Viola compôs uma letra que expressa o seguinte: “Meu tempo é hoje, não vivo no passado, o passado vive em mim”, um trecho da música que pode colaborar para entendermos a escola que os povos indígenas querem.

Apesar das mudanças formais na concepção das escolas indígenas, permanecem muitos desafios que precisam ser superados. Percebe-se avanços no reconhecimento das categorias “escola indígena” e “professor indígena”, assim como a maior parte dos professores das escolas indígenas são de pertencimento indígenas, mas apenas não é suficiente. O Estado deve assumir o ônus com a escola diferenciada, com merenda e currículos contextualizados, formações inicial e continuada específicas para todos os professores indígenas e produção de material didático que dialoguem com as realidades sociolinguísticas desses povos.

Não obstante o caráter menos devastador dos atuais projetos pedagógicos atuais menos devastadores, persistem, na educação, os objetivos de ver o “melhoramento do outro” pela aquisição dos saberes exteriores, fazendo naufragar a ideia de conchamar o outro a ser ele mesmo, dialogando de igual-para-igual para os saberes externos. As lideranças convergem na defesa desse projeto diferenciado de escola, com marcas participativas, democráticas e voltadas para a autonomia de suas comunidades.

Na próxima seção, os diálogos se darão em torno dos povos indígenas na contemporaneidade, seus desafios e os avanços conquistados.

2.3 POVOS INDÍGENAS NA CONTEMPORANEIDADE: “EU POSSO SER QUEM VOCÊ É SEM DEIXAR DE SER QUEM SOU”

A frase acima foi cunhada pelo líder indígena Marcos Terena, na década de 1980, quando o movimento indígena contemporâneo se firmava, ao mesmo tempo em que os povos indígenas se apropriaram das tecnologias e símbolos da sociedade não indígena como instrumentos de resistência. O líder citado teve e tem papel relevante na organização das lutas indígenas.

O racismo e os preconceitos históricos contra os povos indígenas são expressos desde a concepção de ingenuidade, passando pela vitimização e inferioridade, atributos que lhes tiram a potência política. Rompendo com essa situação de subalternidade, é necessária uma abordagem que abra a possibilidade para se repensar o lugar ocupado pelos indígenas na constituição da sociedade nacional, e tal abordagem deve seguir com a valorização da diversidade sociocultural no Brasil, dando visibilidade aos projetos de autonomia construídos pelos povos indígenas na atualidade.

Os argumentos que desumanizam e subalternizam são fundamentados no entendimento de que os povos e indivíduo indígenas são passivos, dóceis e vitimados por uma relação de dominação exitosa no ato de extinguir esses povos e indivíduos. Em outros momentos, privilegia-se o estudo de uma visão romântica e folclórica, em que os indígenas são representados como grupos condenados não apenas ao passado, mas também à pobreza, à preguiça, ao isolamento e a uma pretensa inferioridade biológica e cultural. São argumentos frágeis, falaciosos e que não consideram a dinâmica social e a capacidade de transformação das culturas nas novas experiências vivenciadas, como por exemplo a entrada de indígenas nas universidades e a formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento.

Pensados sob a perspectiva da dinamicidade cultural, os povos indígenas podem ser visualizados como agentes ativos nos



Escute e veja a letra completa da música *Meu mundo é hoje*.



processos de contatos com os não índios, incorporando e ressignificando elementos da cultura ocidental que foram/serão disponibilizados para o seu fortalecimento na situação pós-contato. Portanto, longe de terem desaparecido, atualmente os povos indígenas crescem demograficamente e se fortalecem na conquista de direitos, não sem conflitos que perduram contra os seus direitos e pertencimentos.

Portanto, a ideia de que os povos indígenas desapareceram ou foram incorporados pela sociedade nacional pode ser rebatida com o argumento de que eles sumiram de fato, mas apenas das narrativas eurocêntrica, pois nos dias atuais é reconhecida pelo próprio Estado brasileiro a existência de mais de trezentos povos diferentes, falantes de mais de duzentas e setenta línguas no território nacional.

Para avançarmos no debate, é necessário compreendermos a identidade desses sujeitos que a sociedade, a escola e o Estado têm apelidado genericamente de índio. Uma provocação que causa um estranhamento inicial é a afirmação de que esses povos não são índios, ou se existe o sujeito índio, ele deve ser entendido como uma invenção que se distancia da realidade dos povos originários.

A esse respeito, é muito pertinente o entendimento do intelectual indígena Daniel Munduruku, que numa palestra proferida no 10º Encontro de Escritores e Artistas Indígenas no Rio de Janeiro, em 2013, expôs a seguinte afirmativa:

“Não existem índios no Brasil! É comum se afirmar que os antigos habitantes do Brasil são índios. Isso não é verdade. Este é um equívoco muito grande, que tem diminuído a complexa diversidade indígena. É um apelido engendrado na mente do povo brasileiro. Somos mais que um apelido. Somos mais que um conceito vazio. Somos povos! Somos gente verdadeira. Somos ancestralidade”. (Daniel Munduruku)

É certo que o incipiente movimento indígena da década de 1970 incorporou a categoria “índio” para facilitar a sua relação política com o Estado, buscando demonstrar uma consciência étnica uni-

ficada nas suas demandas políticas e sociais. No entanto, tinha absoluta certeza de que o grupo que compunha o movimento era formado por uma diversidade de povos que têm modos próprios de vida, línguas originárias e diferentes concepções de mundo.

De maneira objetiva, não há relação direta entre índio e indígena, basta consultar um bom dicionário que nos depararemos com diferentes conceitos para ambos os termos. Indígena é aquele que pertence ao lugar, “originário”, original do lugar, enquanto índio é uma categoria conceituada como selvagem, atrasado, preguiçoso, ou de outro modo, índio é elemento atômico de número 49, portanto, é um metal.

Nos seus estudos sobre direitos e cidadania indígena, Vilmar Guarani faz a seguinte consideração:

Índio — Este termo genérico leva-nos a crer que não há diversidade de povos, pois todos são uma coisa só — índios. Por isso, muitos pensam que não existem culturas, e sim uma única cultura, uma única fé, uma única maneira de organização social, uma única língua. O termo contribui, enfim, para falsamente diminuir a diversidade indígena brasileira ou, em outras palavras, universalizar o diverso (GUARANI, 2006, p. 151).

A convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, que é um dos mais completos instrumentos internacionais de proteção dos direitos indígenas, assim como outros que tratam a temática, reconhecem a diversidade indígena coletiva como Povos Indígenas ou nações, o que pode ser entendido como um avanço, por reconhecer a diversidade desses povos e suas autonomias, superando todos os preconceitos presentes no termo índio, utilizado no texto do Estatuto do Índio de 1973.

A força das categorias Povos/nações Indígenas no reconhecimento das diversidades indígenas pode ser observada na dificuldade e temor que o Estado brasileiro tem ao lidar com a terminologia, carregadas de potência de autodeterminação e protagonismo que não interessa aos grupos conservadores e anti-indígenas do país.

Feitas as considerações acima, é importante referendar que os povos indígenas são formados por pessoas de carne e osso, que trazem em suas existências marcas do pertencimento. Vivem no tempo presente dialogando com os antepassados, com as ancestralidades e com as cosmologias originárias.

No mundo contemporâneo, esses povos mantêm seus pertencimentos, exercendo atividades, profissões, funções e afazeres diversos que inicialmente não faziam parte do mundo indígena. As novas gerações vêm ampliando a ocupação dos espaços sociais, e este é um processo irreversível, em que o pertencimento se atualiza e se fortalece em convergência com as novas funções na figura do professor, advogado, médica, enfermeira, engenheiro, piloto de avião, atriz, repórter e outras atividades.

Parte da sociedade demonstra surpresa com a nova realidade dos povos indígenas, sendo que muitos chegam a reproduzir preconceitos do tipo: “você é médico? Mas você não é índio?”. Os questionamentos pressupõem que os povos indígenas devem estar apartados das ciências, tecnologias e de outros elementos do mundo contemporâneo.



Figura 10: Diplomação de deputada federal Joênia Wapichana em 14/01/2018. Fonte: Brasil Norte Comunicação – <https://tinyurl.com/u3ux8nr4>. Acesso em: 26/11/2021.

A imagem acima representa o momento da diplomação da deputada federal Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena eleita para o cargo na câmara federal brasileira. Trata-se de um momento importante na conquista dos direitos indígenas e na ampliação dos espaços ocupados por esses povos.

No campo acadêmico, vários sábios e sábias indígenas vêm recebendo títulos de doutores por notório saber ou honoris causa, a exemplo de Ailton Krenak, Almir Suruí e Cacique Babau, além daqueles que cursam a pós-graduação *stricto sensu* e recebem os títulos de mestre ou de doutor. Além dos títulos, essas pessoas vêm se tornando pesquisadores e docentes nas instituições de ensino, colaborando no processo de repensar criticamente o mundo moderno e suas contradições.



Para exercitar o aprendizado

Assista o vídeo “Povos indígenas: conhecer para valorizar”, disponível no qr code. Após, discuta com sua turma sobre as possibilidades de convivência dos povos indígenas com a sociedade hegemônica.



Expectativa de aprendizagem:

Espera-se que os diálogos sensibilizem os leitores/as para a realidade das diversidades sociolinguísticas dos povos indígenas, contribuindo para o combate ao racismo, aos estereótipos e aos preconceitos na sociedade brasileira

CAPÍTULO 3

HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS E REEXISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS



HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS E REEXISTÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS



Figura 11: HQ – Os donos da terra. Fonte: Casa 1 – <https://tinyurl.com/2p8svfvf>. Imagem: Vitor Flynn, 2020. Acesso em: 13/11/2021.

A imagem acima se reporta a uma cena de resistência do povo Tupinambá de Olivença, situado no estado da Bahia, retratando uma realidade cotidiana nas histórias dos povos indígenas no Brasil. Como visto no capítulo II, há uma resistência histórica dos povos indígenas no Brasil, que não se dá sem perdas e desafios. Agora neste capítulo avançaremos nossos estudos sobre a resistência e reexistência (nova existência a partir da ancestralidade) dos povos indígenas no Brasil, as estratégias e lutas enfrentadas no passado e no presente.

A ação e resistência indígena existiu desde o início da conquista, mas os olhares dos cientistas sociais eram filtrados pelos olhares dos colonizadores, desconsiderando a ação histórica dos povos indígenas. Nesta perspectiva, colonialista e eurocêntrica, os povos indígenas apareciam na história do Brasil como meros coadjuvantes, sem iniciativas próprias, como se tivessem à disposição dos interesses dos colonizadores.

A historiografia tradicional, assim como os currículos eurocentrados, tem apresentado os indígenas como passivos, selvagens e presos no tempo passado, mas eles sempre criaram resistências e lutas em defesa de seus territórios originários e dos seus modos de vida ancestrais. Habilmente souberam fazer alianças internas com os colonizadores quando lhes era conveniente.

É preciso desmistificar a historiografia e o ensino da temática indígena hegemonicamente vigentes, colocando em xeque o olhar colonizador. É verdade que o Estado e os agentes anti-indígenas foram e são brutais nas suas ações genocidas, mas para além das perspectivas vitimista e subalternizante, importa vermos os povos indígenas como sujeitos históricos, que sistematicamente estão em confronto com os projetos colonizadores e degradadores da vida.

O ensino da temática indígena na escola tem que contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, colaborando

na produção do entendimento de que a sociedade brasileira foi formada em um processo histórico de constante violência e destruição das sociedades indígenas, mas que teve também resistência. Tal entendimento é fundamental para que os cidadãos assumam o compromisso com a defesa dos direitos e da autonomia dos povos indígenas, pois a luta desses povos deve ser também a luta de todas as pessoas contra o Estado de interesse ruralista, opressor e **ecocida**.

Portanto, os povos indígenas jamais aceitaram a dominação colonial sem resistência, e trazendo o debate para os dias atuais, podemos ver esses povos empenhados em várias frentes de luta contra a violação de seus direitos, incluindo a demarcação de seus territórios originários.

Importa ressaltar que a atual conjuntura política brasileira é marcada por omissões e retrocessos nos direitos conquistados. Os territórios indígenas são crescentemente invadidos por madeireiros, grileiros e garimpeiros, enquanto o desmatamento e a destruição das florestas e rios acontecem de forma assustadora, colocando em ameaça não apenas a continuidade das tradições indígenas e modos de vida, mas também a continuidade da vida em todas as dimensões.



No site do CIMI é possível acessar os relatórios anuais sobre a violência contra os povos indígenas no seguinte endereço: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/o-relatorio/>.

3.1 POR UMA HISTÓRIA PROTAGONIZADA PELOS INDÍGENAS

Caro leitor, que fique explícito que os povos indígenas foram e são agentes de suas histórias, e que muito contribuíram na construção da sociedade brasileira, tanto com sua mão de obra,

como na introdução de diversos elementos de suas tradições no cotidiano do povo brasileiro. As “guerras justas” decretadas pela coroa portuguesa transformou os indígenas em escravos condicionados ao trabalho forçado, e, de lá para cá, muitos alimentos produzidos há séculos pelos povos originários estão diariamente nas mesas dos brasileiros, a exemplo da mandioca, milho, batata doce, amendoim, abóbora, abacaxi, caju e outros produtos.

É falsa a ideia de que esses povos sejam meros coadjuvantes da história, sem iniciativas próprias, parecendo que os interesses dos colonizadores determinaram ou determinem o sentido de suas vidas. Ao contrário, os povos indígenas não têm qualquer disposição para abrir mão de suas ancestralidades, nas quais está incluída a noção de autonomia, ainda que tenham que mediar atualizações constantes.

Muitos instrumentos impostos pelo aparato colonizador, como a imposição da escrita, foram transformados em instrumentos de resistência. Há diversos relatos na história de que os povos indígenas canalizaram os conhecimentos que adquiriram da escrita e leitura nos aldeamentos para produzir documentos e protestos judiciais, e em muitos casos eles se dirigiam diretamente aos governantes para reivindicar os seus direitos, demonstrando que eles foram ativos e não passivos nas relações sociais com os colonizadores. Um exemplo dessa situação foi observado no decorrer da Eco-92, quando os povos indígenas presentes produziram e publicaram a **Declaração da Aldeia Kari-Oca e Carta da Terra dos Povos Indígenas**.



Declaração da Aldeia Kari-Oca e Carta da Terra dos Povos Indígenas

Disponibilizadas no site: <https://bit.ly/3QHizYK>, as quais tiveram repercussão internacional.

A-Z

Ecocídio

Matar o próprio lar. Esta é a definição da palavra de origem grega e latina “ecocídio”, que está ganhando cada vez mais notoriedade no mundo devido à emergência climática. É a destruição da vida humana e não humana, a partir das ações humanas no planeta. Fonte: <https://tinyurl.com/y323keer>.



Nos dias 4 a 14 de abril de 2022, representantes e lideranças dos povos indígenas estiveram reunidos no Acampamento Terra Livre em Brasília, para mais uma vez demonstrar unidade e força na luta desses povos. As notícias, discussões e deliberações do evento podem ser acompanhadas pelo site <https://api.boficial.org/atl2022/>.

Para exemplificar a luta e o protagonismo histórico dos povos indígenas no Brasil, o livro *El guarani conquistado y reducido*, da autoria de Bartolomeu Meliá (1988) cita o movimento liderado pelo cacique Oberá – que significa luminoso – ocorrido às margens do rio Paraná. Segundo os relatos históricos, os indígenas, naquela oportunidade, protagonizaram uma espécie de “greve” geral, através da realização de danças e cantos ininterruptos recusando-se a trabalhar para os dominadores.

O protagonismo dos povos indígenas sinaliza para o fato de que eles foram silenciados pela história hegemônica, de cunho colonizador, mas do ponto de vista real esses povos são incansáveis em suas ações, realizando confederações, construindo saberes, tecnologias e estratégias de produção e manejo de modos de vida específicos, nem sempre bem vistos pela sociedade do entorno.

Em sua pesquisa de doutorado, o intelectual indígena Daniel Munduruku (2012) demonstra que nas décadas de 1970 e 1980, os povos indígenas, em parceria com outros grupos sociais excluídos, criaram suas organizações representativas nas regiões e em âmbito nacional, empunhando suas bandeiras nas lutas pela conquista de seus territórios originários e pelos direitos diferenciados que possibilitasse a realização da vida societária conforme os seus modos de vidas tradicionais. Assim sendo, realizaram-se assembleias de lideranças indígenas em diversos lugares, reunindo povos diversos em torno de problemas e interesses comuns.

Contrariando as expectativas tuteladoras da FUNAI, os povos indígenas mais uma vez demonstraram-se senhores de seus rumos políticos. No momento em que a sociedade brasileira suspeitava que a extinção ou a assimilação estava em fase de final de consumação, esses povos mostraram a capacidade de renascer das cinzas, criando em 1980 a União das Nações Indígenas (UNI), uma organização fundamental no diálogo das lideranças com o Estado, visando a conquista de seus direitos.



Figura 12: Intelectual indígena Ailton Krenak. Fonte: Blog do Conde – <https://tinyurl.com/bdhjbtzp>. Acesso em: 25/09/2021.

O discurso do líder Ailton Krenak e seu rosto pintado de tinta preta chamou a atenção dos políticos e da imprensa mundial, registrando a presença marcante dos povos indígenas na Assembleia Nacional Constituinte. O ato teve relevância na aprovação dos artigos 231 e 232 na constituição brasileira promulgada em 1988.

A década de 1990 foi particularmente promissora para os povos indígenas, quando assistimos avanços significativos nas ações de retomadas de terras, nas conquistas pelos sistemas de educação e saúde indígena diferenciada, ao mesmo tempo em que as línguas, tradições, cosmologias e saberes indígenas se revitalizavam e se fortaleciam de forma efetiva.

Porém, é importante destacar que os “tempos de direitos”, inaugurados com a Constituição Brasileira promulgada em 1988, estão ameaçados pela omissão do Estado e pelos permanentes ataques aos avanços conquistados. Assistimos as invasões dos territórios originários e a ausência de políticas públicas que promovam a autonomia desses povos, enquanto o próprio Estado tem realizado o desmonte da constituição através de Projeto de Emenda Constitucional (PECs), dos Projetos de Lei (PLs) e outros instrumentos jurídicos arquitetados pelo poder executivo e pelo congresso nacional de tendência fortemente ruralista/latifundiário.

Os interesses do agronegócio se sobrepõem aos interesses dos povos originários, promovendo não apenas a expropriação das terras, mas também gerando assassinatos de lideranças, exploração do trabalho, suicídios e outras formas de violências, a exemplo do que acontece com os Tupinambá no sul da Bahia e com o povo Guarani Kaiowá no Estado do Mato Grosso.

← 3.2 ANCESTRALIDADE, RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS: IMBRICAÇÃO DE TEMPOS

Apesar dos avanços de alguns estudos recentes sobre os povos indígenas no Brasil, ainda há muito a ser feito na desconstrução das visões equivocadas e preconceituosas sobre as relações desses povos com os colonizadores portugueses e com o Estado brasileiro.

Reformulando as teorias e conceitos por dentro do diálogo interdisciplinar e intercultural, poderemos enxergar os povos indígenas como sujeitos ativos, realizando ações em todos os tempos históricos e movidos por interesses próprios e coletivos. É preciso nos despirmos de todo tipo de romantismo/exotismo, etnocentrismo e tomarmos um posicionamento metodológico que resulte em narrativas históricas fundadas em outras histórias, outros personagens e interesses que apresentem os povos indígenas como verdadeiros protagonistas da história do Brasil.

Importa referendar a ideia de que os colonizadores, cronistas, missionários, a história oficial e a escola foram os construtores da anulação do protagonismo indígena na história, condenando-os a objetos exóticos presos ao passado distante. É a hora de ouvirmos os “ecos das vozes silenciadas”, e fazermos acontecer a “história a contrapelo” (a versão dissidente da história), lembrando os escritos de Walter Benjamin nas suas *Teses Sobre o Conceito de História*.

Além das ações de contestações indígenas imediatas contra as vozes colonizadoras – a exemplo da Confederação dos Tamoios e da Guerras dos Bárbaros, que desembocaram em ataques e declarações de guerras aos projetos coloniais, é preciso observar as influências e negociações indígenas na projeção e efetivação das políticas indigenistas.

No processo colonial, o genocídio e o **etnocídio** foram práticas corriqueiras que se voltaram contra os povos indígenas. Na capitania de São Vicente – que abrangia parte da atual região sul e sudeste do Brasil, um dos responsáveis pela administração era Brás Cubas e seu amigo João Ramalho, serviços genocidas da coroa portuguesa, ambos favoráveis à escravidão indígena.

A-Z

Etnocídio

O termo associado ao que as populações locais sofrem com a destruição dos seus ecossistemas e da sua herança cultural. De forma complementar, é o extermínio das características culturais de uma comunidade, podendo levar à sua extinção enquanto grupo.

Os povos indígenas que viviam naquela localidade resistiram e foram para o enfrentamento, colocando sob ameaça o povoamento português das capitanias do sul, especialmente na região do Rio de Janeiro até Ubatuba, promovendo ações de destruição dos engenhos de açúcar que deixavam os colonizadores acudados.



As PECs e PLs anti-indígenas fragilizam os povos, seus pertencimentos, cosmologias e línguas, ameaçando-os à extinção.

No site <https://bit.ly/3iMqzen>, o leitor e a leitora podem acompanhar as propostas anti-indígenas em andamento atualmente no Brasil.



Para mais informações sobre as questões aqui reportadas, sugiro a leitura da matéria intitulada: *Na contramão do agronegócio, terras indígenas lideram preservação e reflorestamentos*, publicada pelo jornal Brasil de Fato no dia 26/08/2019, disponível em: <https://tinyurl.com/3pdby3er>.



Sob a liderança do chefe indígena Tupinambá Cunhambebe, ao lado dos caciques Pindobuçú, Koakira, Araraí e Aimberê, foi formada a Confederação dos Tamoios (1555-1565), reunindo indígenas de vários grupos da família Tupi, que se aliaram aos franceses para combater os colonos portugueses naquele contexto. Diante da resistência indígena, a coroa portuguesa organizou violentas ações bélicas que se estenderam por mais de uma década até que, com a chegada de reforços com o capitão-mor Estácio de Sá, a Confederação dos Tamoios foi se dissolvendo e os franceses foram expulsos.

Observa-se que milhares de guerrilheiros indígenas foram dizimados nos confrontos, em que os portugueses detinham notadamente a superioridade militar/bélica. O projeto colonizador escravagista se manteve após essas batalhas, assim como foram mantidas as lutas de resistência indígenas, que perduram nos nossos dias.

Por sua vez, é significativo o movimento que reuniu centenas de povos indígenas que resistiram à expansão da América portuguesa na localidade que atualmente conhecida como semiárido do vale do rio São Francisco, uma ampla região situada entre o leste do Maranhão ao norte da Bahia, passando por parte do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco.

Tapuia era o nome genérico dos povos envolvidos no conflito, os quais realizavam sistemáticos ataques às fazendas, plantações e povoados, resultando em violentas ações repressivas por parte da administração colonial. Algumas dessas nações indígenas se aliaram aos holandeses durante a ocupação de Pernambuco e aprenderam a usar armas de fogo.

Quando os holandeses saíram de Pernambuco, em 1654, ficou pactuado que os Tarairús – seus aliados, seriam anistiados pela coroa portuguesa, no entanto, o acordo não foi cumprido e os brutais ataques aos rebelados permaneceram. Em 1658, o governador-geral de Pernambuco, Francisco Barreto de Meneses, declarou “guerra total” contra os “gentios bravos”, utilizando forçadamente os “indígenas mansos” entre os soldados das forças oficiais.

Com seu efetivo militar fortificado, inclusive com a adesão de paulistas, os portugueses organizaram violentas investidas militares e impuseram a derrota a aliança daqueles povos, promovendo o massacre dos mesmos.

A Confederação dos Cariris foi um movimento de resistência da nação Cariri (ou Kiriri) – assim dominados pelos portugueses, ocorrido entre 1683 e 1713, envolvendo grupos indígenas do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Teve início em resposta ao avanço de sesmeiros (pessoas identificadas como proprietárias de grandes lotes de terras, chamadas sesmarias), que invadiram as terras ocupadas pelos indígenas.

O movimento teve início na região norte-rio-grandense do Açu, com ataques contra vilas e fazendas. A pedido do governo-geral do Brasil, bandeirantes de São Paulo e de São Vicente foram convocados para combatê-los, sem sucesso, pois o movimento se alastrou por outras regiões, com a adesão de outros povos indígenas.

Depois de muitas batalhas, o coronel João de Barros Braga organizou uma expedição em 1713, que seguiu pelo vale do Jaguaribe ao do Cariri, até os confins piauienses, promovendo um avassalador extermínio dos indígenas, dando fim à Confederação dos Cariris, apontada nos livros de História tradicionais como a “Guerra dos Bárbaros”.

Além das batalhas frontais contra os colonizadores, os novos estudos historiográficos apontam para movimentos de resistência por dentro das ações colonizadoras. Nesta perspectiva, Ronaldo Vainfas publicou o livro *A heresia dos índios* (1995), apresentando um diálogo que prima pelos intercâmbios culturais.

Analisando o movimento religioso da Santidade de Jaguaripe, ocorrida na Bahia da segunda metade do século XVI, o pesquisador citado chama a atenção para a mistura dos rituais indígenas com os elementos do catolicismo. A Santidade de Jaguaripe foi uma manifestação mediadora e de resistência, na medida em que os indígenas do Recôncavo baiano firmavam um pertencimento que fazia frente ao avanço da colonização portuguesa.

Na defesa de seus territórios e de suas ancestralidades, os povos indígenas ressignificaram diversos elementos colonizadores, como a própria aldeia. Nesse sentido, os aldeamentos criados por missionários e por outros agentes colonizadores, foram apropriados pelos povos indígenas como lugar proteção e de participação na vida cotidiana, tornando-as em um mal menor, uma vez que nos aldeamentos era garantida a liberdade contra a escravidão.

Portanto, um olhar focado pode identificar que as ações colonizadoras não foram aceitas passivamente pelos povos indígenas, ficando evidente a ocorrência de mediações constantes entre os colonizadores, religiosos e indígenas. Assim entendido, podemos enxergar posturas de traduções mútuas, em que as ações religiosas e as políticas colonizadoras deviam se adaptar à linguagem indígenas, às suas concepções e cosmologias.

De modo semelhante, podemos identificar o Diretório dos Índios – a “doutrina do índio cidadão”, implantada pelo governo do Marquês de Pombal no Brasil. De cunho assimilacionista, a lei visava integrar todos os indígenas à condição de cidadãos, estabelecendo regras rigorosas de comportamentos, como a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa.

Mais uma vez os indígenas estavam numa situação de negociação com a atuação dos próprios indígenas, que não assumiram o papel de meros objetos das imposições pombalinas. Dessa forma, os indígenas participaram ativamente na administração das vilas criadas para “civilizá-los”, ou mesmo na construção da resistência inegociável diante dos pressupostos assimilacionistas da lei.

Atualmente os povos indígenas se mantêm no campo da resistência, realizando periodicamente encontros e acampamentos regionais ou nacionais, construindo a unidade do movimento e estratégias para o enfrentamento do desmonte dos seus direitos. O momento político atual é crítico e o movimento indígena luta desesperadamente contra os instrumen-

tos jurídicos encaminhados e aprovados contra seus direitos originários, buscando o apoio dos setores democráticos da sociedade brasileira e da comunidade internacional.



Figura 13: Indígenas em luta histórica. Fonte: Instituto Sócioambiental – <https://bit.ly/3kmd9Gm>. Acesso em: 29/11/2021.

A imagem acima é um momento de manifestação dos povos indígenas em Brasília, na luta por direitos durante o Acampamento Terra Livre, evento organizado anualmente em Brasília. É uma batalha intensa e antiga. Trata-se de centenárias políticas antiindígenas alinhadas aos interesses hegemônicos do nosso tempo, mas que guardam os ranços dos senhores donatários, dos capitães do mato e dos coronéis, corporificados no agronegócio dos dias atuais.

3.3 A MODERNIDADE VISTA PELOS POVOS INDÍGENAS: A IMPORTÂNCIA DA VIDA HUMANA E NÃO-HUMANA

Contrariando a perspectiva monoepistêmica e racista difundidos pelo eurocentrismo, as crises abertas pelo mundo moderno explicitam que os povos indígenas têm muito a ensinar com os seus modos de vida, com suas epistemologias e com sua maneira de se relacionar com o mundo – que destoa da forma capitalista de produzir.

O modelo de desenvolvimento que temos hoje vai nos levar a uma fatalidade coletiva, e a terra já está sinalizando fortemente para tal situação. Os antepassados indígenas já anunciavam desde muito tempo que se continuássemos realizando esse projeto de desenvolvimento, produzindo e consumindo sem cessar, utilizando de forma irresponsável os recursos naturais, estaríamos construindo a infelicidade.

O aquecimento global e a extinção dos recursos naturais e das espécies já são realidades resultantes do projeto de progresso levado a cabo pela humanidade. O discurso do desenvolvimento ilimitado separou o ser humano do seu entorno, colocando de um lado a natureza e de outro os humanos, sendo que a natureza foi declarada perigosa e fonte de ricas matérias primas, prontas para serem exploradas e transformadas em produtos que promovam o bem-estar da humanidade.

Essa noção de crescimento econômico, trazida pelo iluminismo, não leva em consideração que a terra é finita e seus recursos são limitados e, dessa forma, vem provocando crises graves e profundas, que põe em perigo a existência na terra, e não somente a vida humana. As fontes de água doce estão sendo utilizadas em uma quantidade muito acima de sua capacidade de reposição, além da sua poluição pela falta de saneamento básico, pelas ações mineradoras e pelos agrotóxicos utilizados por grandes empresas agrícolas, que por sua

vez envenenam os alimentos e provocam doenças diversas.

Além dos desequilíbrios ambientais, o progresso ilimitado já deu provas cabais de produzir mais pobreza e mais desigualdade. No mundo capitalista, o desenvolvimento econômico é medido pelo produto interno bruto (PIB), um indicador que determina que quanto mais produzir e quanto mais gastar, mais desenvolvida é a nação, mas qualquer preocupação com o ser humano, ou com uma política de bem-estar que leve em consideração o equilíbrio da vida em suas dimensões diversas.

Os modos de vida indígena não estão pautados na desarmonia socioambiental ou em ações de hostilidade entre as pessoas e o meio em que vivem. São povos que prezam pela solidariedade, saúde e pelo respeito à vida humana e não-humana, afinal, todos se entendem como pertencentes à natureza.

Assim sendo, a natureza se converte em uma parte da vida social e está entranhada no cotidiano, de tal maneira tudo está relacionado a ela. Não existe uma separação entre sociedade e natureza.



Figura 14: Povos indígenas em defesa da Amazônia. Fonte: Jornal Brasil de Fato – <https://tinyurl.com/2p9xefcd>. Fotografia: Jimmy Bro, 2019. Acesso em: 28/11/2021.

Obviamente que não se trata de defender a transformação de todas as pessoas em indígenas ou de homogeneizar as tradições dos povos indígenas, mas apenas indicar possibilidades de relações com a natureza, colaborando para a reflexão sobre a possibilidade de uma sociedade com um alto grau de sustentabilidade.

Nos últimos anos, temos assistido à radicalização das ações anti-indígenas e devastadoras das relações socioambientais, colocando em risco ecossistemas, biomas e colocando em risco de extinção muitas formas de vida. A fotografia acima apresenta um momento em que representantes dos povos indígenas se juntam a milhares de pessoas em São Paulo para denunciar o estado brasileiro diante dessa situação. Um jovem Kayapó carrega um cartaz com a frase: “A terra não pertence ao homem, o homem é que pertence à terra”, atribuída ao cacique Seattle.

Dos ensinamentos dos povos indígenas para a reconstrução de tudo o que foi destruído em nome do progresso, podemos destacar a medida do bem-estar não pelas cifras macroeconômicas, mas pela qualidade de vida de todos os seus integrantes, com menos consumismo e a menor necessidade de produção de bens, o que incidirá direto no estabelecimento de relações mais equilibradas das pessoas com o meio em que elas vivem.



Uma boa sugestão de leitura para aprofundar no tema é a coletânea de escritores indígenas, intitulada “Memória da mãe terra”, disponível em: <https://bit.ly/3ZHvVIY>.

Ao atualizar no presente as suas ancestralidades e seus modos próprios de vida, os povos indígenas demonstram-se resistentes ao capitalismo e à modernidade, ao mesmo tempo em que sinalizam alternativas para o esgotamento da sociedade hegemônica. Suas reais existências no mundo contemporâneo sugerem a necessidade de o Estado brasileiro dialogar, reconhecer e respeitar a pluralidade sociolinguística do país, estabelecendo políticas públicas que atendam suas especificidades e seus direitos originários.

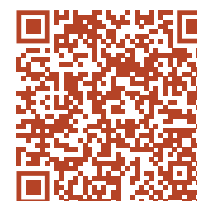


Para exercitar o aprendizado

Assista com seus colegas o episódio 4: Antropoceno da série **Maracá**, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A partir do vídeo, discuta sobre o conceito de Antropoceno e o que os povos indígenas ensinam sobre a relação com a terra.

Série Maracá

Disponível em:



Expectativa de aprendizagem:

Espera-se que os leitores percebam as catastróficas ações humanas na terra, com destaque especial ao modo capitalista de produzir. De igual modo, importa que percebam as formas como os povos indígenas produzem as respeitadas relações socioambientais.



CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS



Figura 15: Demarcação Já! Foto: Tiago Miotto/Cimi, 2019. Fonte: CIMI – <https://tinyurl.com/4bpxsjZ>. Acesso em: 29/11/2021.

Abordar a temática indígena na escola é uma necessidade urgente. Mais de quinhentos anos após o desembarque das caravelas colonizadoras, não é admissível que a temática seja discutida superficialmente nas escolas, reforçando estereótipos e reduzindo os povos indígenas a representações românticas, exóticas e estereotipadas. As escolas precisam repensar seus currículos em favor de uma proposta pedagógica reflexiva, mais críticas e aprofundadas.

Portanto, a temática indígena não pode ser apenas um adendo, a ser lembrado no dia 19 de abril. Os debates devem permear o currículo escolar ao longo de todo o ano letivo, convergindo com os propósitos da educação das relações étnico-raciais, que antes de tudo é uma perspectiva posicionada contra todo tipo de racismo.

A proposta é trazer os povos indígenas, suas histórias, memórias e saberes para dentro da escola, combatendo o racismo contra esses povos por meio da visibilidade e dos diálogos interculturais. Tais ações ajudarão na realização de práticas interdisciplinares e plurais e na realização de dinâmicas mais interativas na abordagem sobre a constituição do povo brasileiro e nas questões relativas ao meio ambiente e sustentabilidade, ampliando o foco para além da perspectiva eurocentrada.

Descolonizar nossos pensamentos e práticas dentro da escola é uma necessidade e um desafio, pois os comportamentos coloniais – que foram genocidas e etnocidas, querem se perpetuar no tempo presente. O fomento da curiosidade e da prática da pesquisa emergem como elementos fundamentais na construção de novos horizontes curriculares e na formação de crianças, adolescentes e jovens autônomos e conscientes de que os povos indígenas não estão distantes de nós, ao contrário, eles se fazem presentes em todos os lugares, todos os dias.

Focando em metodologias de ensino e aprendizagem atreladas aos saberes indígenas, é importante lembrar das contribuições dos povos indígenas à cultura brasileira. Anteriormente, me referi aos estudos de Berta Ribeiro (1995), que se refere ao manejo florestal, práticas agrícolas e medicinais que fazem parte do convívio histórico nas comunidades indígenas, mas que foram apropriadas pela sociedade do entorno.

Na obra *Culturas indígenas, diversidade e educação* (2019), indiquei algumas possibilidades pedagógicas sobre a temática indígena na escola. Quero retomar o debate, ampliando o olhar pedagógico, visando colaborar na construção de novas metodologias de ensino e aprendizagem.

Os livros didáticos são fontes de conhecimentos disponíveis para o debate na escola. São saberes escolares amplamente utilizados por docentes, produções editoriais que pouco dialogam com os saberes indígenas, e nem por isso devem ser descartadas nas ações pedagógicas antirracistas.

A formação do espírito pesquisador deve incentivar o olhar renovado para os livros didáticos, buscando os silêncios, as lacunas e os estereótipos produzidos contra os povos indígenas, dialogando sobre as motivações dessas posturas editoriais. Docentes e estudantes poderão analisar os conteúdos dos livros didáticos à luz da decolonialidade, buscando a construção de novos conhecimentos que dialoguem com as diversidades sociolinguísticas desses povos.

Outra rica e farta fonte de pesquisa é a imprensa, que traz em seus discursos periódicos as contradições sociais, as tensões, as tendências políticas e os atores sociais envolvidos nas questões indígenas. Através da imprensa é possível enxergarmos os diversos projetos políticos, interesses e os choques entre a lei e sua aplicabilidade, assim como é possível visualizar os posicionamentos dos povos indígenas e seus projetos de resistência e de autodeterminação.

As redes sociais, sites, blogs e outros instrumentos de divulgação audiovisual dos povos indígenas é outra fonte promissora no combate ao currículo eurocentrado. Esses veículos trazem discursos, posicionamentos e ações que convergem com a ideia

de protagonismo, escancarando a face perversa do anti-indigenismo, ao passo que evidencia também os grupos sociais aliados dos projetos de autonomia desses povos.

Considero que na construção de novas relações da escola com os povos indígenas, a literatura indígena seja um dos instrumentos mais potentes, pois trata-se de uma escrita protagonizada, que expressa vozes ancestrais, saberes coletivos e memórias históricas de grupos sociais silenciados. A literatura indígena proporciona a compreensão das cosmovisões, concepções de mundo, resistências e saberes que colocam em xeque a perspectiva monoepistêmica e monolinguística vigente, evidenciando que os povos indígenas estão inseridos no mundo contemporâneo, mantendo/atualizando suas identidades étnicas.



Sobre a literatura indígena, sugiro a leitura do volume 02 da Revista Leetra Indígena (textos de escritores indígenas), disponível em: https://issuu.com/grupo.leetra/docs/leetra_vol2.

A produção literária dos escritores indígenas pode ser encontrada pelo site da livraria Maracá: <https://www.livrariamaraca.com.br/>.

Em todas as propostas acima apontadas, é importante viabilizar a presença de lideranças e sábios indígenas na construção do diálogo. São vozes legítimas das narrativas ancestrais, pessoas que carregam uma bagagem de conhecimentos milenarmente construídos e testados no cotidiano desses povos.

Visitas em museus, bibliotecas, cinemas, centros de cultura e em outros espaços são ações pedagógicas que podem colaborar na construção do olhar crítico do corpo discente em relação a presença/ausência dos povos indígenas e seus saberes nos espaços sociais. Tal exercício é necessário dentro dos próprios espaços escolares: investigar o acervo da biblioteca, as atividades científico-culturais e as políticas de inclusão, estabelecendo o diálogo dessas investigações com os povos indígenas.



Segue abaixo uma lista de espaços virtuais mantenedores de conteúdos significativos, que podem colaborar nos diálogos interculturais na escola:

- <https://apiboficial.org/>
- <http://emergenciaindigena.apiboficial.org/>
- <https://www.parlaindiobrasil.com.br/>
- <https://midiaindia.org/>
- <https://radioyande.com/>
- <http://www.elianepotiguara.org.br/>
- <http://institutouka.blogspot.com/>
- <https://www.livrariamaraca.com.br/>
- <https://institutoiepe.org.br/povos-indigenas/>
- <https://www.socioambiental.org/pt-br>
- <https://mirim.org/>
- <https://terrasindigenas.org.br/>
- <https://cimi.org.br/>
- https://www.instagram.com/wayrakuna_/
- <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>
- <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br>
- <https://indigenas.ibge.gov.br/>



ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Indígenas da Bahia.....	17
Figura 2: Dia do índio.....	19
Figura 3: O diretório dos índios	22
Figura 4: Guarda Rural Indígena.....	23
Figura 5: Povos indígenas no Brasil	24
Figura 6: Seminário “Por estas e por outras” (STF) .	25
Figura 7: Mulheres indígenas inspiradoras (da esquerda para direita: Arissana Pataxó, Luana Kumaruara, Julieta Paredes, Hamangai Pataxó, Djuena Tikuna e Ara Mirim Sônia).....	27
Figura 8: Genocídio histórico	30
Figura 9: Educação escolar na aldeia Pataxó Pé do Monte	31

Figura 10: Diplomação de deputada federal Joênia Wapichana em 14/01/2018.....	34
Figura 11: HQ - Os donos da terra	36
Figura 12: Intelectual indígena Ailton Krenak.....	38
Figura 13: Indígenas em luta histórica.....	41
Figura 14: Povos indígenas em defesa da Amazônia ..	42
Figura 15: Demarcação Já!	45

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ticiana de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto – que nunca existiu – extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. Aedos n. 10 vol. 4. Jan/Jul 2012.

BENJAMIN, W. Teses sobre o Conceito de História. In: **Obras Escolhidas**, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BITTENCOURT, M. Circe F. História das populações indígenas na escola: memória e esquecimento. In: Araújo, Cintia M. de. **Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BRASIL. **Lei 11645**. Brasília: Senado federal, 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Brasília: Senado Federal, 1996.

Bomfim, Anari. B. 2017. **Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó**.

Revista Linguística 13 (1) 303-327. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433> (acesso 10/02/2022)

BRITO, E. M. **A educação Karipuna do Amapá no contexto da educação escolar indígena diferenciada na aldeia Espírito Santo**. 2012. 184 f. Tese (doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2012.

GOMES, M. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GRUPIONE, Luis D. Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONE, Luis D. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Global; Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 2004.

GUARANI, Vilmar M. Desafios e perspectivas para a construção e o exercício da cidadania indígena. In: ARAÚJO, Ana Valéria et al. **Povos indígenas e a lei dos “brancos”: direito à diferença**. Brasília: MEC/Secadi/Museu do Índio, 2006.

LUCIANO BANIWA, Gersen dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD/Museu Nacional, 2006.

MELIÁ, Bartolomeu. **El Guaraní, conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria**. Centro de Estudios Antropológicos/Universidade Católica/Universidade do Texas, 1988.

MUDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo : Paulinas, 2012.

KRENAK, Ailton. Trilhos urbanos. In: MUNDURUKU, D.; WAPICHANA, C. **Antologia Indígena**. Mato Grosso: Secretaria da Cultura, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997, 2006.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. (1995). **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo, Cia. das Letras.

COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ-TORÉ

1 Diversidade de saberes dos povos indígenas

Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren

2 Lei 11.645/08 e a Educação indígena

Edson Kayapó

3 Territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia

Everaldo Rodrigues Mota Junior

4 História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil

Ayalla Oliveira Silva

5 História da África

Renata do Nascimento Argemiro e Márcio Luís da Silva Paim

6 Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

7 Tecnologias africanas e educação

Henrique Cunha Junior

8 O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências

Florença Freitas Silvério

9 Conhecimentos africanos e afro-brasileiros, epistemologias de poder

Ângela Maria Ribeiro

10 Culturas africanas e afro-brasileiras

Jorge Luiz Gomes Junior

11 Quilombos na Bahia, lutas e resistências

João Rodrigo Araújo Santana

12 Identidade da população negra no Brasil

Patrícia Martins e Luciana Alves

13 Educação das relações étnico-raciais e currículo

Joelma Cerqueira de Oliveira e Eliane da Conceição Silva

14 Mulheres negras e indígenas

Maria Luzitana Conceição dos Santos e Tania Aparecida Lopes

15 Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo



